

GRUPO I – CLASSE VII – Plenário

TC 006.253/2023-7

Natureza(s): Solicitação de Solução Consensual

Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Energia Elétrica;  
Ministério de Minas e Energia

Interessados: Karpowership Brasil Energia Ltda.  
(43.854.903/0001-42); Secretaria-executiva do Ministério de Minas  
e Energia.

Representação legal: Marcio Pina Marques (21037/OAB-DF), Luiz  
Alberto Bettiol (06157/OAB-DF) e outros, representando  
Karpowership Brasil Energia Ltda.

SUMÁRIO: SOLICITAÇÃO DE SOLUÇÃO CONSENSUAL. CRISE HÍDRICA. RISCO DE FALTA DE ENERGIA EM FACE DE BAIXA AFLUÊNCIA NA VAZÃO DOS RIOS. PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO SIMPLIFICADO DE ENERGIA DE RESERVA PCS-1. USINAS DA KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA (KPS). INFLEXIBILIDADE OPERATIVA DE 100%. ALTO CUSTO DA ENERGIA PRODUZIDA. CONCENTRAÇÃO DA MAIOR PARTE DA PRODUÇÃO DE ENERGIA GERADA DE JUNHO A SETEMBRO. ATRASOS NA ENTRADA EM OPERAÇÃO. RECUPERAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS. REDUÇÃO DO INTERESSE NA CONTRATAÇÃO DE ENERGIA. APLICAÇÃO DE MULTAS ÀS CONTRATADAS. PROCESSOS RECISÓRIOS. RECURSOS NA ANEEL. LIMINARES JUDICIAIS. SOLICITAÇÃO DE SOLUÇÃO DE CONSENSO. PROPOSTA DE ACORDO PRELIMINAR. VIGÊNCIA DE 180 DIAS. MENORES CUSTOS PARA O SISTEMA. AUMENTO DA SEGURANÇA JURÍDICA. VANTAGEM IMEDIATA AO CONSUMIDOR. ACÓRDÃO 1130/2023-PLENÁRIO. APROVAÇÃO DO TERMO DE AUTOCOMPOSIÇÃO. CONTINUIDADE DAS NEGOCIAÇÕES. PROPOSTA DE ACORDO DEFINITIVO. REDUÇÃO DAS MULTAS EDITALÍCIAS E CONTRATUAIS. REDUÇÃO DEFINITIVA DA GERAÇÃO INFLEXÍVEL. CONTABILIZAÇÃO DA ENERGIA CONTRATUAL INFLEXÍVEL EM BASE MENSAL. PRESERVAÇÃO DA EFICÁCIA DAS OUTORGAS. AJUSTES DE DATAS DE INÍCIO E DE FIM DO PERÍODO DE SUPRIMENTO DOS CONTRATOS DE ENERGIA DE RESERVA. ENCERRAMENTO DEFINITIVO DO PROCESSO ARBITRAL. RENÚNCIA DO DIREITO DE REALIZAR NOVOS QUESTIONAMENTOS EM JUÍZO. VANTAGEM AO CONSUMIDOR PODENDO CHEGAR A R\$ 1,6 BILHÃO. APROVAÇÃO DA PROPOSTA. MONITORAMENTO.

## RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de solução consensual (SSC), prevista na IN-TCU 91/2022, formulada pelo Exmo. Sr. Min. Alexandre Silveira, Ministro do Ministério de Minas e Energia (MME), em face das controvérsias enfrentadas nos Contratos de Energia de Reserva (CER) firmados no Procedimento de Contratação Simplificado (PCS) 01/2021 com as Usinas Karkey 013, Karkey 019, Porsud I e Porsud II da Karpowership Brasil Energia Ltda (KPS).

2. Transcrevo, no que importa, e com os ajustes de forma necessários, a instrução produzida pela Secretaria de Controle Externo de Solução Consensuada e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso), devidamente anuída pelo corpo dirigente da unidade (peças 101 a 103):

**“II - HISTÓRICO**

2. *Ato contínuo ao recebimento da solicitação do MME (peças 1-9), a SecexConsenso analisou os requisitos de admissibilidade previstos na IN-TCU 91/2022 (peça 13) e a SSC foi admitida após o Despacho de 24/4/2023 (peça 16) proferido pelo Exmo. Sr. Min. Bruno Dantas, Presidente do TCU, e com a ratificação do Despacho de 26/4/2022 (peça 19), proferido pelo Exmo. Sr. Min. Benjamin Zymler.*

3. *Considerando que as medidas adotadas no âmbito do PCS 01/2021, nos termos do Acórdão 2.699/2022-TCU-Plenário, Min. Rel. Benjamin Zymler, são monitoradas no bojo do TC 031.368/2022-0, o Despacho de 26/4/2022 também determinou o sobrestamento daqueles autos, em sintonia com o art. 6º, §2º, da IN-TCU 91/2022 (peça 17, p. 7)*

4. *A Portaria-Segecex 17, de 22/5/2023, designou a composição da Comissão de Solução Consensual (CSC) com representantes designados pelo MME, pela Aneel, e pela KPS, além da participação de representante da SecexEnergia/AudElétrica e coordenação dos trabalhos pela SecexConsenso (peça 47).*

5. *Após o início dos trabalhos, a CSC entendeu pela possibilidade encaminhamento de uma solução que consistiu em um termo de autocomposição celebrado pelas instituições representadas na CSC (peça 50). A solução foi aprovada pelo Acórdão 1.130/2023-TCU-Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, e abrangeu cinco principais aspectos:*

- a) *Redução da geração inflexível das usinas entre 1/7 e 31/12/2023;*
- b) *Contabilização da energia gerada pelas usinas em base mensal;*
- c) *Preservação da eficácia das outorgas, da garantia física e da potência contratada;*
- d) *Suspensão dos processos administrativos atualmente em análise na ANEEL durante as tratativas da Comissão; e*
- e) *Encaminhamento pela ANEEL e pela KPS de pedido de suspensão do Mandado de Segurança 1013469-13.2023.4.01.3400, com reversão dos recursos depositados em juízo à Conta de Energia de Reserva (Coner), visando a compensação da receita de combustível já paga à KPS em função da execução contratual previamente à celebração do termo de autocomposição.*

6. *Considerando o prazo do primeiro termo de autocomposição, foi prevista a possibilidade de ultratividade de trinta dias dos efeitos em relação aos termos de inflexibilidade da geração e manutenção da outorga, garantia física e contratação da potência caso não houvesse a celebração de um novo acordo.*

7. *Ato contínuo à aprovação e celebração do primeiro termo de autocomposição (peça 73), a CSC continuou os trabalhos visando e, considerando o estágio avançado das discussões, a*

*SecexConsenso propôs a prorrogação do prazo por trinta dias, para elaborar uma proposta de solução consensual (peça 74). O Exmo. Ministro-Relator Benjamin Zymler autorizou a prorrogação do prazo para realização dos trabalhos (peça 75).*

8. *Concluídos os trabalhos, a CSC entendeu ser possível construir um novo termo de autocomposição para superar as controvérsias do passado nos contratos firmados no PCS 01/2021 e após avaliação das instâncias decisórias competentes da KPS (peça 78), Aneel (peça 79) e MME (peça 81), todos os representantes se manifestaram favoráveis à solução encaminhada à apreciação deste TCU, descrita no Relatório da Comissão de Solução Consensual (peça 87). Tendo em vista que a solução consensual envolveu a negociação extrajudicial de multas e penalidades, a Advocacia-Geral da União também foi consultada e manifestou-se favoravelmente ao termo de autocomposição (peça 85).*

### **EXAME TÉCNICO**

#### Procedimento de Contratação Simplificado e situação atual dos empreendimentos contratados

9. *O Procedimento de Contratação Simplificado (PCS) 01/2021 foi idealizado como mecanismo de contratação extraordinária para aumento da oferta de energia e potência elétrica buscando mitigar potenciais dificuldades com o suprimento de energia elétrica no período entre 2022 e 2025, em decorrência dos baixos níveis de afluência hídrica verificados nos anos de 2020 e 2021.*

10. *Os Contratos de Energia de Reserva (CERs) previam a data de início de suprimento em 1/5/2022, e a data limite para entrada em operação em 30/8/2022 (peça 88). Nessa linha, o contrato previa a possibilidade de rescisão contratual e a aplicação de multas rigorosas caso os marcos temporais não fossem cumpridos.*

11. *No âmbito do PCS 01/2021, foram contratados mais de 24.900 TWh de energia elétrica, com disponibilidade de cerca de 1.220 MW de potência ao Sistema Interligado Nacional (SIN) (peça 89). Os CERs foram celebrados totalizando mais de R\$ 11 bilhões anuais, dos quais cerca de R\$ 9 bilhões seriam repassados ao consumidor cativo, com impacto estimado de 4,49% nas tarifas de energia.*

12. *A Karpowership Brasil Energia (KPS) venceu o certame para implantação de 4 Usinas Termelétricas (UTES) offshore (Karkey 013, Karkey 019, Porsud I e Porsud II), que agregam 560 MW de potência ao SIN.*

13. *Os contratos, conforme registrado na Tabela 1, foram celebrados para geração de 4.635,456 TWh de energia elétrica inflexível durante o período de suprimento, o que representa aproximadamente 144,03 MW médios em base anual. Os CERs dos empreendimentos representam aproximadamente 25% do montante da energia negociada no PCS 01/2021.*

*Tabela 1. Resultado das Usinas no PCS 01/2021*

<i>Empreendimento</i>	<i>Potência (MW)</i>	<i>Inflexibilidade contratual [Mwmédios]"</i>	<i>Geração Inflexível [MWh]</i>	<i>Receita Fixa (R\$/ano)</i>	<i>RFdemais (R\$/ano)</i>	<i>RFcomb (R\$/ano)</i>
<i>Karkey 013</i>	255	48,980	1.576.372,320	1.066.394.950,32	717.339.715,42	349.055.234,90
<i>Karkey 019</i>	115	52,702	1.696.164,708	1.040.707.828,62	665.127.032,67	375.580.795,95
<i>PORSUD I</i>	115	25,493	820.460,983	569.772.715,62	428.541.053,61	141.231.662,01
<i>PORSUD II</i>	75	16,855	542.458,230	376.616.212,75	282.867.429,54	93.748.783,21
<b>TOTAL</b>	<b>560</b>	<b>144,030</b>	<b>4.635.456,242</b>	<b>3.053.491.707,31</b>	<b>2.093.875.231,24</b>	<b>959.616.476,07</b>

*Fonte: Resumo Vendedor – 1º PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO*

14. *As primeiras máquinas da KPS entraram em operação comercial em 30/9/2022, enquanto o prazo contratual limite previsto originalmente era de 30/8/2022, e a situação de operação*

*comercial das usinas envolve uma série de decisões judiciais liminares obtidas pela KPS.*

15. *A entrada em operação comercial envolveu uma série de decisões judiciais liminares favoráveis que, em síntese, suspenderam a exigibilidade de penalidades contratuais por atraso na entrada em operação enquanto os pleitos de excludente de responsabilidade pelos atrasos, realizados pela KPS junto à Aneel, não fossem apreciados de forma conclusiva pela Diretoria Colegiada da Agência.*

16. *Mais especificamente, em 28/9/2022, no âmbito do Processo 1105523-09.2022.8.26.0100 junto à 5ª Vara Empresarial e de Conflitos de Arbitragem do Tribunal de Justiça de São Paulo (VECA/TJSP), a KPS obteve antecipação de tutela, em face da CCEE, visando, entre outros, a suspensão da cobrança das penalidades contratuais e da inclusão da KPS no cadastro de inadimplentes da Câmara e impedir que a CCEE adotasse medidas para rescindir os CERs e aplicar as sanções advindas (peça 90).*

17. *Além disso, em função de decisões da Aneel em relação à revogação das outorgas dos empreendimentos, a própria manutenção da condição de operação comercial das Usinas se encontra amparada por decisões liminares favoráveis à KPS.*

18. *Isso porque, ato contínuo ao Despacho-Aneel 426/2023, de 15/2/2023, a KPS obteve liminar, no âmbito do Processo 1013469-13.2023.4.01.3400 junto à 4ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal da Justiça Federal (VFC/SJDF/JF), que, em síntese, manteria as outorgas das Usinas da KPS até a decisão final a ser proferida pela Aneel quanto aos pedidos de Excludente de Responsabilidade (peça 91).*

19. *O contexto da decisão judicial envolve o Despacho-Aneel 2.289/2022 de 19/8/2022, que suspendeu os efeitos de revogação das outorgas das UTEs Karkey 13, Karkey 19, Porsud I e Porsud II como resultado das Resoluções Autorizativas-Aneel 12.466, 12.467, 12.468 e 12.469, 9/8/2022, até o julgamento definitivo do Pedido de Reconsideração da KPS.*

20. *Nesse lance, o Despacho-Aneel 426/2023 foi proferido de ofício pela Diretoria-Colegiada da Agência e reestabelecia decisão anterior da Aneel no sentido de revogar as outorgas de autorização das UTEs até que se conclua a análise dos pedidos de reconsideração relativos aos excludentes de responsabilidade em âmbito administrativo.*

21. *Os efeitos da decisão de antecipação de tutela obtida no Processo 1105523-09.2022.8.26.0100 junto à 5ª VECA/TJSP foi um dos fundamentos empregados no Voto Condutor do Despacho-Aneel 426/2022 para justificar a retomada da revogação das outorgas das UTEs. O Voto Condutor do referido Despacho registra que (peça 92):*

20. *As decisões judiciais acabaram causando situação desfavorável aos consumidores, ao impedir que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE aplique as multas contratuais relativas ao atraso na entrada em operação comercial das usinas até que haja o julgamento administrativo dos excludentes de responsabilidade. Dessa forma, a usina recebe a receita contratual, mas deixa de pagar as multas que deve.*

21. *Em decorrência de toda essa situação fática, na liquidação de janeiro de 2023, houve o pagamento de receitas no valor de R\$ 394 milhões<sup>1</sup>, sem a cobrança das multas. No dia 17 de fevereiro de 2023, está programado o pagamento de mais R\$ 259 milhões<sup>2</sup> de receita, também sem a cobrança das multas devidas pelo atraso. As multas foram calculadas pela CCEE em R\$ 843 milhões<sup>3</sup>.*

22. *Tal situação inverte o perigo da demora, ou seja, no atual momento, os pagamentos de receita devem ser suspensos até que haja o julgamento administrativo dos excludentes de responsabilidade e, após esse julgamento, a CCEE possa pagar as receitas que porventura*

sejam devidas, mas, concomitantemente, cobrar todas as multas devidas pelo atraso na entrada em operação comercial.

22. Até a aprovação da primeira proposta de solução pelo Acórdão 1.130/2023-TCU-Plenário, que entendeu, entre outros, pela suspensão dos processos judiciais, a Aneel não havia logrado êxito na reversão da limitar em favor da KPS no Processo 1013469-13.2023.4.01.3400 junto à 4ª VFC/SJDF/JF, e os efeitos das decisões liminares continuam vigentes.

Suprimento de energia em função de restrições elétricas do SIN

23. Recentemente, o ONS tem demandado o acionamento das UTEs da KPS tanto por razão elétrica ou necessidade do Sistema Interligado Nacional (SIN), bem como por unit commitment, ou seja, em função de características da rampa de acionamento e do tempo mínimo que as usinas precisam permanecer ligadas/desligadas (peça 93).

24. A geração verificada das usinas se encontra registrada na Tabela 2.

Tabela 2. Geração verificada de geração despachada pelo ONS detalhada pelo motivo do despacho do ONS.

	Karkey 013	Karkey 019	Porsud I	Porsud II
<b>Julho/2023</b>				
Inflexibilidade, conforme declaração do agente	23.103	921	0	544
Razão elétrica ou necessidade do SIN	0	0	0	0
Unit commitment (rampa, tempo mínimo ligada/desligada)	0	0	0	0
<b>Agosto/2023</b>				
Inflexibilidade, conforme declaração do agente	23.067	0	0	0
Razão elétrica ou necessidade do SIN	0	0	0	0
Unit commitment (rampa, tempo mínimo ligada/desligada)	0	0	0	0
<b>Setembro/2023</b>				
Inflexibilidade, conforme declaração do agente	22.720	37	8	16
Razão elétrica ou necessidade do SIN	2.471	1.433	167	367
Unit commitment (rampa, tempo mínimo ligada/desligada)	184	55	38	18
<b>até 22/10/2023</b>				
Inflexibilidade, conforme declaração do agente	17.609	42	14	25
Razão elétrica ou necessidade do SIN	587	332	250	260
Unit commitment (rampa, tempo mínimo ligada/desligada)	133	81	54	36

Fonte: Dados abertos ONS - <https://dados.ons.org.br/dataset/geracao-termica-despacho-2>

25. O Secretário Nacional de Energia Elétrica, o Sr. Gentil Nogueira Sá Júnior, representante do MME na CSC, em 28/9/2023, solicitou ao ONS esclarecimento sobre o motivo dos acionamentos das Usinas da KPS. Em resposta, o Operador informou o despacho foi necessário para atendimento à demanda no período de ponta de carga do SIN (peça 93).

26. Mais especificamente, o modelo de operação (DESSEM) havia sinalizado o despacho de algumas usinas em função de ordem de mérito de custo (também em função do atendimento à ponta de carga) que possuíam tempo de permanência ligada muito alto (peça 93). O ONS constatou que as usinas previstas para despacho na ordem do mérito “teriam que ficar ligadas inclusive no final de semana, o que **poderia ocasionar redução de geração de energia de fontes renováveis** (em função do excesso de recursos nesse período) e, sendo algumas UTEs dos Subsistemas Norte e Nordeste, **poderiam ocasionar também maior corte de geração eólica e solar do Nordeste em função de limites para segurança elétrica do SIN**”. (grifou-se)

27. Tendo em vista estas questões, o ONS entendeu pela aplicação de procedimentos de restrição para as Usinas com maior tempo de permanência ligado, e, assim, “foi necessário substituí-las por usinas mais caras, entretanto, mais flexíveis e de acionamento mais rápido, tais quais UTEs Termomacaé, Karkey, Porsud e Seropédica” (peça 93).

28. Conforme destacado no primeiro Relatório da CSC, as usinas continuariam disponíveis para despacho por comando do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) mesmo com redução da obrigação de entrega da energia contratual inflexível (peça 50). A situação descrita no Relatório tem sido verificada na operação recente determinada pelo ONS.

Proposta de solução encaminhada para aprovação deste TCU

29. O Relatório da CSC (peça 87) apresenta uma proposta de autocomposição de interesses para solução definitiva de todas as controvérsias existentes em relação aos CERs firmados pela KPS por decorrência do PCS 1/2021, com a consolidação das disposições ajustadas durante a vigência da solução aprovada pelo Acórdão 1.130/2020-TCU-Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, acrescida das seguintes condições:

- a) Equacionamento de multas editais e penalidades contratuais por atraso na entrada em operação, com a compensação do saldo a receber pela geração contratual inflexível entregue em quantidade superior à obrigação de entrega horária no período;
- b) Redução definitiva da geração inflexível das UTEs de 144,03 MW médios para 29 MW médios, alocados integralmente na UTE Karkey 013;
- c) Contabilização da energia contratual inflexível gerada pelas usinas em base mensal;
- d) Preservação da eficácia das outorgas, da garantia física e da potência contratada
- e) Ajuste das datas de início e de fim do período de suprimento dos CERs para 1/9/2022 e 31/5/2026;
- f) Encerramento definitivo dos processos administrativos, arbitrais e judiciais atualmente suspensos.

30. A construção da solução foi realizada de modo a compatibilizar a execução dos CERs com as necessidades do sistema no horizonte de curto e médio prazos, com os impactos tarifários da energia contratada em um cenário de escassez de energia, e com os investimentos e esforços envidados pela empresa para viabilização dos empreendimentos.

Redução definitiva da geração contratual inflexível

31. A redução da obrigação de entrega de geração contratual inflexível das usinas representou o principal mecanismo para redução dos custos associados aos contratos. A solução prevê a eliminação da obrigação de geração contratual inflexível nas Usinas Karkey 019, Porsud I e Porsud II, com a redução da geração na Usina Karkey 013 para o patamar de 29 MW médios.

32. Conforme informações apresentadas pela KPS, a manutenção de uma geração inflexível residual confere o ponto de equilíbrio operacional dos equipamentos em função da evaporação de gás no seu sistema de unidade de armazenamento e regaseificação do combustível (peça 94).

33. Isso porque o Gás Natural Liquefeito utilizado como combustível na Usinas da KPS é transportado em seu estado líquido sujeitando-se à evaporação em temperaturas acima de seu ponto de ebulição. A quantidade de gás evaporado depende do projeto e das condições de operação dos tanques de armazenamento e dos tanques de carga do navio.

34. Segundo informações apresentadas pela companhia, o ponto de equilíbrio de operacional estaria na ordem de 5% da potência total instalada nas quatro Usinas, representando os 29 MW

médios ajustados no termo de autocomposição.

35. A redução da obrigação de entrega de energia contratual inflexível nos termos propostos resultará na alteração da parcela RFcomb para R\$ 594.340.780,17 (valores nominais) que será paga à KPS entre 1/1/2024 e 31/5/2026, conforme projeção realizada pela CCEE.

36. A alteração representa uma redução de aproximadamente 78,5% da parcela RFcomb devida à KPS termos originais dos CERs, que seria apurada em R\$ 2.759.695.562,71 (valores nominais) no período, conforme projeções realizadas pela CCEE.

Equacionamento das multas editais e penalidades contratuais por atraso na entrada em operação e ajuste das datas de início e de fim do período de suprimento dos CERs

37. A definição de valores e prazos para equacionamento de multas editais e penalidades contratuais por atraso na entrada em operação foi realizada de modo pragmático, sem reconhecimento ou imputação de responsabilidade entre as partes, nem reconhecimento de validade das aludidas penalidades.

38. Conforme registrado no Relatório da CSC, durante as tratativas, o representante da KPS defendeu o mérito das excludentes de responsabilidade nos atrasos de implantação de seus empreendimentos, enquanto os representantes da ANEEL informaram que todos os pedidos apresentados não haviam sido acolhidos pela Diretoria Colegiada da ANEEL, ainda que pendentes de decisão administrativa irrecorrível.

39. A proposta de solução encaminhada à aprovação deste TCU prevê o pagamento pela KPS do valor de R\$ 45.371.403,80, a título de multas editais, ao mesmo tempo que R\$ 290.848.802,08 seriam pagos pela KPS a título de penalidades contratuais por atraso na entrada em operação comercial. O pagamento dos valores está previsto para ser realizado em 12 parcelas mensais a partir de 1/1/2024.

40. Em relação à multa editalícia, destacam-se os Despachos-ANEEL 3.351, 3.352, 3.353 e 3.354, todos de 22/11/2022, que previam a aplicação de R\$ 265 milhões de multa (valores históricos).

41. A KPS, no âmbito dos processos administrativos da Aneel e nas tratativas da CSC, defendeu que os valores de investimento declarados pela Empresa à EPE foram 5 vezes superiores ao efetivamente realizado no empreendimento e isso resultaria em uma multa 5 vezes superior ao máximo aplicável considerando o investimento efetivo. Com base nas premissas defendidas pela KPS, a multa máxima a qual a empresa estaria sujeita seria na ordem de R\$ 53 milhões (valores históricos).

42. Considerando o comum acordo sobre a data de referência de 1/9/2022 para cálculo das multas até as datas de entrada em operação das unidades geradoras das UTEs, houve um alinhamento da CSC sobre a possibilidade de equacionamento das multas com a flexibilização para pagamento de R\$ 45.371.403,80 dividido em 12 vezes, sem a incidência de juros e correção monetária, após o início de vigência do novo termo.

43. Em relação às penalidades contratuais por atraso na entrada em operação, a CCEE calculou penalidades contratuais por atraso na entrada em operação no total de R\$ 849.236.627,71 entre o início do período de suprimento contratual até a data de entrada em operação comercial das unidades geradoras, que se encontram discriminados na Tabela 3 (peça 95).

Tabela 3. Valores das penalidades contratuais por atraso na entrada em operação (exigibilidade suspensa)

	Karkey 013	Karkey 019	Porsud I	Porsud II
maio-22	45.285.242,18	50.370.026,11	27.133.435,22	17.943.187,50

	<i>Karkey 013</i>	<i>Karkey 019</i>	<i>Porsud I</i>	<i>Porsud II</i>
<i>junho-22</i>	43.824.427,92	48.745.186,56	26.258.163,12	17.364.375,00
<i>julho-22</i>	45.285.242,18	50.370.026,11	27.133.435,22	17.943.187,50
<i>agosto-22</i>	45.285.242,18	50.370.026,11	27.133.435,22	17.943.187,50
<i>setembro-22</i>	43.824.427,92	47.120.347,01	25.428.194,96	17.364.375,00
<i>outubro-22</i>	42.087.536,48		1.404.422,11	17.007.864,34
<i>novembro-22</i>	44.055.131,97		1.482.135,78	14.564.809,97
<i>dezembro-22</i>	19.769.560,31		1.531.540,31	6.744.686,90
<i>janeiro-23</i>			1.365.733,03	1.336.127,30
<i>fevereiro-23</i>			1.233.565,32	1.179.168,26
<i>março-23</i>			44.055,90	478.778,95
<i>abril-23</i>				463.334,47
<i>maio-23</i>				478.778,95
<i>junho-23</i>				463.334,47
<i>julho-23</i>				478.778,95
<i>agosto-23</i>				478.778,95
<i>setembro-23</i>				463.334,47
<b>Total</b>	<b>329.416.811,14</b>	<b>246.975.611,90</b>	<b>140.148.116,19</b>	<b>132.696.088,48</b>
			<b>Total Geral</b>	<b>849.236.627,71</b>

Fonte: CCEE

44. Considerando o período de suprimento a partir de 1/9/2022 até as datas de entrada em operação das unidades geradoras, houve convergência sobre a possibilidade do equacionamento das penalidades contratuais pelo valor histórico totalizando R\$ 290.848.802,08, dividido em 12 vezes, sem a incidência de juros e correção monetária, após o início de vigência do novo termo.

45. Cumpre destacar que, durante as tratativas, os representantes do TCU e das demais entidades da Administração Pública propuseram o pagamento de penalidades superiores em diferentes oportunidades. Contudo, o valor constante da solução foi o maior valor aceito pela KPS, que viabilizou o encaminhamento unânime e consensual da proposta de solução.

46. Diante da formação de uma solução integrativa para a controvérsia, avaliou-se o equacionamento das penalidades contratuais por atraso na entrada em operação pelo seu valor histórico em 12 parcelas mensais sem a incidência de juros ou correção monetária, após a vigência da celebração do novo termo.

47. Na avaliação de eventuais controvérsias sobre valores de penalidades contratuais e comerciais, os técnicos da Câmara também apontaram que haveria previsão de aplicação de penalidade de energia de reserva por insuficiência de lastro, conforme regras de comercialização, mas que essa penalidade ainda não havia sido lançada (peça 95).

48. Considerando a ausência de notificação da companhia, até agosto/2023, do valor de R\$ 171 milhões informado pela Câmara à CSC (considerando o período de suprimento de 1/5/2022, previsto nos CERs), a solução enviada à aprovação deste TCU entende que o equacionamento das multas editalícias e penalidades contratuais também contempla eventual penalidade por insuficiência de lastro entre 1/5/2022 e o início de vigência do termo de autocomposição.

49. Destaca-se, na presente instrução, que há questionamentos judiciais, por parte de

*associados, sobre a própria competência da CCEE para a aplicação e cobrança de multas, com entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em desfavor da CCEE. O assunto não foi sido debatido com profundidade no âmbito da Comissão em função de ampla controvérsia setorial e do pragmatismo dos representantes na construção de uma solução para os CERs.*

50. *Recentemente, Acórdão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) proferido em 26/9/2023 no âmbito do REsp nº 1950332/RJ decidiu pela impossibilidade do exercício da função sancionadora no exercício do poder de polícia pela CCEE (peça 96), associação civil de direito privado, uma vez que:*

*No caso, não há lei formal autorizando expressamente que a CCEE aplique diretamente multas aos particulares, e depois as cobre por conta própria, na medida em que essa atribuição só é mencionada no Decreto n. 5.177/2004 c/c Resolução Normativa ANEEL n. 109.*

51. *A despeito de o julgado em Recurso Especial resultar em direitos entre as partes envolvidas no processo, o entendimento certamente poderá ser utilizado pela KPS como precedente para questionar a própria aplicação da penalidade por insuficiência de lastro pela CCEE.*

52. *Assim, tendo em vista a necessidade de um consenso para encaminhamento de uma solução, da ausência de notificação da CCEE à KPS sobre os valores de possíveis penalidades por insuficiência de lastro, e a existência do entendimento do julgado do STJ no REsp 1950332/RJ corroboram o pragmatismo utilizado pelos representantes do MME, Aneel e TCU para composição da solução encaminhada à aprovação deste TCU em relação às multas e penalidades contratuais.*

53. *Isso porque os benefícios gerais decorrentes da solução proposta superam amplamente a discussão individual sobre a aplicabilidade da penalidade por insuficiência de lastro no caso concreto.*

54. *Mesmo com as flexibilizações projetadas e consideradas no âmbito da CSC, os valores a serem equacionados como multa editalícia e penalidade contratual por atraso na entrada em operação comercial se encontrariam entre os maiores valores já recolhidos pela ANEEL a título de multas editalícias por atraso e pela CCEE por penalidades contratuais em função do atraso na entrada em operação de empreendimentos.*

#### Revisão das datas de início e fim do período de suprimento

55. *Considerando os parâmetros de autocomposição advindos do equacionamento de multas e penalidades e dos benefícios decorrentes da redução da obrigação de entrega de energia inflexível, a proposta de solução prevê a revisão das datas de início e de fim do período de suprimento para 30/9/2022 (início de operação comercial da primeira Unidade Geradora da Usina Karkey 19) e 31/5/2026 (44 meses de operação comercial).*

56. *Similarmente à definição dos valores devidos pela KPS a título de penalidades contratuais, durante as tratativas, os representantes das entidades da Administração Pública e do TCU propuseram termos menores para o período de suprimento contratual. O prazo constante da solução, contudo, foi o menor prazo aceito pela KPS, o que viabilizou o encaminhamento unânime e consensual da proposta de solução.*

#### Contabilização da energia contratual inflexível em base mensal

57. *A solução enviada para aprovação deste TCU prevê a alteração definitiva da contabilização da geração dos contratos para base mensal.*

58. *A Cláusula 9.7.1 dos CERs prevê que o montante mensal de energia entregue relativamente à inflexibilidade contratual seria calculado a partir da aplicação horária da*

parcela de inflexibilidade de determinado período de comercialização (peça 88). A alteração dessa Cláusula prevê que o montante mensal de energia seja calculado durante o mês, enquanto a modulação horária da energia, dentro de cada mês, será ajustada pela empresa com o ONS.

59. A questão era relevante para as condições de operação das Usinas da KPS contratadas no PCS, uma vez que a KPS contratou 26% de capacidade total com obrigação de entrega de energia inflexível, ou seja, 144,03 MW médios, em base anual, do total de 560 MW de potência disponível.

60. Entre os meses de outubro/2022 e abril/2023, conforme apresentado na Tabela 4, a Empresa gerou 152.334 MWh acima da inflexibilidade horária (aproximadamente 30 MW médios mensais) (peça 97).

Tabela 4. Geração de energia acima da inflexibilidade horária.

Mês de contabilização	Energia acima da inflexibilidade horária (MWh)
Outubro/2022	30,97
Novembro/2022	3.565,44
Dezembro/2022	22.643,61
Janeiro/2023	50.981,18
Fevereiro/2023	45.540,95
Março/2023	28.135,58
Abril/2023	1.436,81
<b>Total</b>	<b>152.334,54</b>

Fonte: CCEE

61. Segundo informações apresentadas pelos técnicos da CCEE, essa diferença na contabilização da geração inflexível resultou no ressarcimento de receita RFcomb pela Empresa na ordem de R\$ 110 milhões (peça 97). Ao mesmo passo, a liquidação dessa energia no mercado de curto prazo resultou na receita de R\$ 10.167.135,77 em favor da Coner.

62. Considerando a interpretação de que as regras contratuais iniciais não permitiam a remuneração da empresa pela comercialização de energia fora do CER (Cláusula 4.6), mas ponderando que houve custos para geração da energia e a efetiva remuneração da Coner pela energia gerada, a comissão encaminha a compensação da KPS pela energia gerada acima da entrega inflexível na base horária considerando o valor do PLD horário, aplicando-se uma remuneração de capital de 9,63% (taxa do custo médio ponderado de capital utilizado para repactuação do Generation Scaling Factor - GSF).

63. Assim, os valores que foram acordados como devidos à KPS nesse quesito totalizam R\$ 10.681.956,36 e serão compensados do equacionamento das penalidades contratuais pela Empresa.

64. O entendimento pela inclusão de remuneração de capital sobre os valores gerados acima da inflexibilidade contratual horária e pela não inclusão de correção monetária e juros na parcela das multas e penalidades por atraso na entrada em operação se deve ao pragmatismo utilizado para composição do acordo.

65. Por um lado, as multas editalícias por atraso na entrada em operação não são atualmente exigíveis, uma vez que ainda não há decisão administrativa irrecurável sobre os pleitos de excludente de responsabilidade nem sobre os recursos relativos aos termos de notificação das

*multas.*

66. *Além disso, as penalidades contratuais por atraso na entrada em operação também se encontram suspensas em função de decisões judiciais cautelares e podem ser influenciadas por decisões favoráveis aos pleitos de excludente de responsabilidade da KPS.*

67. *Por outro lado, a empresa informou que a situação inevitavelmente seria judicializada pois entendia que se tratava de enriquecimento sem causa, uma vez que a energia foi gerada pela KPS, com elevados custos, e vendida pela Coner sem nenhum repasse de receitas ao gerador.*

68. *Em termos absolutos, a remuneração de capital decorrente da aplicação da taxa definida representa R\$ 514.821,59 (valores nominais). Já em termos relativos, a remuneração representa 5% do valor histórico da receita obtida pela Coner em função da geração da KPS em montante superior à inflexibilidade contratual horária, 0,5% do valor total ressarcido pela Empresa a título do pagamento de RFcomb, 0,15% do valor ajustado a título de multas editais e penalidades contratuais e 0,02% do benefício decorrente da redução da obrigação de entrega de energia inflexível.*

69. *Os benefícios gerais decorrentes da solução proposta superam amplamente a discussão individual sobre a taxa de remuneração no caso concreto.*

*Encerramento definitivo dos processos administrativos, arbitrais e judiciais atualmente suspensos*

70. *Por fim, o encerramento definitivo dos processos administrativos punitivos, de processos arbitrais e judiciais, e a renúncia ao direito de questionar em juízo qualquer questão relacionada aos CERs ou ao PCS referentes a fatos ocorridos até a assinatura da autocomposição são pontos fundamentais na solução das controvérsias presentes nos CERs firmados pelas Usinas da KPS, além da prevenção de conflitos entre as partes.*

71. *Assim, a segurança jurídica da autocomposição se encontra contemplada por uma série de ações que serão adotadas por todas as instituições representadas na comissão. Pela empresa, há o pagamento de multas editais e penalidades contratuais.*

72. *Quando houver a liquidação das multas editais e penalidades contratuais, está prevista a quitação completa da empresa, em relação a todas as pendências existentes em relação aos CERs e ao PCS 01/2021 antes do início da assinatura do termo.*

73. *Com isso, será possível que a Agência promova o arquivamento dos processos administrativos que prevejam qualquer tipo de penalização à companhia em relação a eventos anteriores à celebração do termo de autocomposição.*

74. *A proposta de solução encaminhada à aprovação deste TCU mantém as cláusulas de isenção de responsabilidade dos agentes que atuaram no processo decisório da proposta de solução consensual, bem como o arquivamento de processos do TCU cujo objeto for solucionado pela solução proposta, tal qual realizado nos acordos já autorizados pelos Acórdãos 1.130/2023-TCU-Plenário (primeiro acordo firmado com a KPS) e 1.797/2023-TCU-Plenário (acordo firmado com as Usinas do grupo BTG), ambos de relatoria do Min. Benjamin Zymler.*

*Risco de decisões judiciais desfavoráveis à União e Consumidores em caso de rescisão unilateral dos CERs celebrados com as UTEs da KPS*

75. *A análise empreendida se encontra acostada à peça 100, cuja sigilo se manifesta em função da necessidade de se resguardar as estratégias processuais e os interesses da União, tanto em relação ao caso concreto, quanto a casos similares.*

76. *Cotejando teses aplicadas pelo em decisões judiciais que tratam do equilíbrio, boa-fé e a função social do contrato, as dificuldades enfrentadas pela União para reverter decisões liminares em seu desfavor no setor elétrico contra empreendedores em condições de operação comercial, e o prazo restante dos contratos com as UTEs da KPS, entende-se que aprovação da proposta de solução encaminhada a este TCU se encontra mais alinhada com o interesse público do que a manutenção das controvérsias e disputas entre as partes.*

*Impactos e benefícios da proposta de solução de autocomposição*

77. *Os impactos e principais benefícios da celebração do termo de autocomposição se sustentam em dois eixos: a redução dos custos ao consumidor face aos montantes originalmente contratados no PCS e a redução da emissão de gases poluentes.*

78. *A redução da obrigação de entrega de energia inflexível é o principal mecanismo de redução de custos do contrato e importará na redução de custos superior a 25% do contrato original.*

79. *Mais especificamente, a remuneração fixa prevista nos CERs seria de R\$ 3,05 bilhões/ano (R\$ 254,5 milhões/mês, nos quais R\$ 174,5 milhões devidos como RFdemais e R\$ 80 milhões como RFcomb – data base: agosto/2021), que será reduzida, nos termos propostos pela comissão, para R\$ 2,3 bilhões/ano (relativamente a mesmo valor de R\$ 254,5 milhões/mês a título de RFdemais e R\$ 17,2 milhões/mês a título de RFcomb – data base: agosto/2021).*

80. *Adicionalmente, o pagamento do acordo para equacionamento das multas e penalidades por atraso na entrada em operação resultará no aumento das receitas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) na ordem de R\$ 45 milhões e aumento das receitas da Coner na ordem de R\$ 280 milhões durante o exercício de 2024.*

81. *Segundo cálculos da CCEE, considerando a redução de receitas da Coner em função da redução da energia liquidada no mercado de curto prazo, o benefício da redução de inflexibilidade do segundo termo de autocomposição é da ordem de R\$ 1,9 bilhão (valores nominais) (peça 98).*

82. *Também de acordo com os cálculos da CCEE, considerando os benefícios do primeiro termo de autocomposição e o pagamento das multas editalícias e penalidades contratuais, a totalidade da solução adotada nos contratos da KPS prevê benefícios da ordem de R\$ 2,9 bilhões (valores nominais) (peça 98), conforme detalhado na Tabela 5.*

*Tabela 5. Detalhamento dos benefícios da solução encaminhada para aprovação do TCU.*

<b>Valor da RFComb original de 2024 a 2026 (A)</b>	<b>2.759.695.562,71</b>
Valor da RFComb proposta 2024 a 2026 (B)	594.340.780,17
Efeito Coner 2024 em diante (C)	- 147.089.714,67
<b>Efeito total decorrente da redução da geração contratual inflexível (D = A-B+C)</b>	<b>2.018.265.067,87</b>
Valores devidos pela KPS a título de penalidade contratual por atraso na entrada em operação (Cláusula 2.2.2. da proposta) (E)	290.848.802,08
Valor devidos pela KPS a título de multa editalícia (Cláusula 2.2.1.) (F)	45.371.403,80
Geração x PLD acima da inflex. Horária (G)	-10.681.956,36
Benefícios decorrentes do Acordo aprovado pelo Acórdão 1.336/2023-TCU-Plenário (H)	579.823.107,62
<b>Benefícios da solução encaminhada para aprovação do TCU (D+E+F+G+H)</b>	<b>2.923.626.425,01</b>

Fonte: CCEE

83. *Além disso, a redução da obrigação de entrega da energia contratual inflexível também*

*importa em benefícios ambientais decorrentes da redução das emissões de poluentes, considerando o deslocamento do despacho para maior utilização da energia oriunda dos reservatórios hidráulicos.*

84. *Conforme cálculos realizados pela EPE utilizando o informativo técnico 11/22 – “Apresentação da metodologia e dos fatores de emissão utilizados para as estimativas de emissão de GEE”, a redução de geração anual de 115 MW médios a partir das usinas implantadas especificamente para o PCS 01/2021 apresentaria a redução total de emissão de 490.113 tCO<sub>2</sub>eq/ano (peça 99).*

85. *Deve-se destacar que a redução na emissão de poluentes está associada à manutenção da disponibilidade dos recursos das UTEs voltados à entrega de energia sempre que determinado seu despacho pelo ONS, conforme já verificado nos meses de setembro e outubro.*

### **III - CONCLUSÃO**

86. *Cuida-se de solicitação de solução consensual de controvérsias formulada pelo Exmo. Sr. Min. Alexandre Silveira, Ministro do MME, em face das controvérsias enfrentadas nos CER firmados no PCS com as Usinas da Karpowership Brasil Energia Ltda (KPS).*

87. *Após o Despacho de Admissibilidade (peça 16) e sua ratificação pelo Exmo. Min. Benjamin Zymler (peça 19), relator de processos relacionados ao PCS, a CSC foi constituída (peça 47) com representantes do MME, Aneel, KPS, SecexEnergia/AudElétrica, unidade técnica que atua na área temática, e SecexConsenso, coordenadora e supervisora dos trabalhos da comissão.*

88. *Os trabalhos, previstos inicialmente para serem realizados em noventa dias, foram prorrogados por mais trinta dias (peça 75).*

89. *Tendo em vista o consenso de todos os representantes da comissão em relação à solução (peças 78, 79 e 81), submete-se à apreciação deste TCU a proposta de solução consensual, nos termos previstos na IN-TCU 91/2022, que consolida as disposições do primeiro acordo celebrado após aprovação do Acórdão 1.130/2023-TCU-Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, e apresenta uma solução definitiva para as controvérsias dos CERs celebrados com as Usinas da KPS no PCS 01/2021.*

90. *Tendo em vista que a solução consensual envolveu a negociação extrajudicial de multas e penalidades, a Advocacia-Geral da União também foi consultada e manifestou-se favoravelmente ao termo de autocomposição (peça 85).*

91. *Como solução para as controvérsias e prevenção de conflitos, propõe-se um termo de autocomposição fundado em seis principais pilares: 1) equacionamento de multas editalícias e penalidades contratuais por atraso na entrada em operação, com a compensação do saldo a receber pela geração contratual inflexível entregue em quantidade superior à obrigação de entrega horária no período; 2) redução definitiva da geração inflexível das UTEs de 144,03 MW médios para 29 MW médios, alocados integralmente na UTE Karkey 013; 3) contabilização da energia contratual inflexível gerada pelas usinas em base mensal; 4) preservação da eficácia das outorgas, da garantia física e da potência contratada; 5) ajuste das datas de início e de fim do período de suprimento dos CERs para 1/9/2022 e 31/5/2026; e 6) o encerramento definitivo dos processos administrativos, arbitrais e judiciais atualmente suspensos.*

92. *O risco de decisões judiciais desfavoráveis à União e aos Consumidores em caso de rescisão unilateral foi considerado para celebração do acordo. Cotejando teses aplicadas pelo em decisões judiciais que tratam do equilíbrio, boa-fé e a função social do contrato, as dificuldades enfrentadas pela União para reverter decisões liminares em seu desfavor no setor elétrico contra empreendedores em condições de operação comercial, e o prazo restante dos*

*contratos com as UTEs da KPs, entende-se que aprovação da proposta de solução encaminhada a este TCU se encontra mais alinhada com o interesse público do que a manutenção das controvérsias e disputas entre as partes.*

93. *A ação coordenada entre MME, Aneel e KPS promoverá a redução de custos da Coner superior a R\$ 2,9 bilhões entre 1/7/2023 e 31/5/2026, além da redução da emissão de 490.113 tCO<sub>2</sub>eq/ano e a ampliação da segurança jurídica a todas as partes na continuidade da execução dos contratos.*

94. *Considerando a necessidade de publicidade do processo decisório da CSC, propõe-se a retirada da chancela de sigilo dos presentes autos, com a manutenção de sigilo apenas das peças 84, 85, 100, visando resguardar a estratégia de defesa jurídica da União em possíveis disputas judiciais com outros participantes do PCS 01/2021 ou em eventos futuros, e da peça 94 em função de sigilo comercial da KPS.*

#### **IV - PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

95. *Ante todo o exposto, encaminham-se os autos à consideração superior, propondo:*

95.1. **encaminhar o processo ao Ministério Público junto ao TCU**, nos termos do art. 8º da IN 91/2022, para que se manifeste sobre a proposta do Relatório da Comissão de Solução Consensual;

95.2. **aprovar integralmente** a proposta contida do Relatório da Comissão de Solução Consensual, nos termos do art. 11, caput, da IN 91/2022;

95.3. **autorizar a assinatura**, pela Presidência do TCU, do termo de autocomposição encaminhado pela Comissão de Solução Consensual;

95.4. **retirar a chancela de sigilo** dos presentes autos;

95.5. **manter a chancela de sigilo** das peças 84, 85 e 100, em função da necessidade de se resguardar as estratégias processuais e os interesses da União em causas envolvendo agentes do setor elétrico;

95.6. **manter a chancela de sigilo** da peça 94, em função de sigilo comercial da empresa Karpowership Brasil Energia;

95.7. **autorizar a realização de monitoramento** da execução do termo de autocomposição, conforme previsão do art. 13 da IN 91/2022;

95.8. **expedir comunicações** aos responsáveis do processo, informando a decisão adotada.

95.9. **arquivar os presentes autos**, com fulcro no art. 169, inciso V, do RITCU.”

3. O Ministério Público junto a este Tribunal (MP/TCU), em parecer de lavra do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, se manifestou nos seguintes termos (peça 104):

*“Trata-se de solicitação de solução consensual (SSC) formulada em 29/3/2023 pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira, com vistas a solucionar controvérsias relativas aos Contratos de Energia de Reserva (CERs) 451/21 (Porsud I), 452/21 (Porsud II), 454/21 (Karkey 013) e 455/21 (Karkey 019), celebrados no âmbito do Procedimento de Contratação Simplificado (PCS) 1/2021, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Os dois primeiros contratos foram firmados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) com a Karpowership Futura Energia Ltda., e os dois últimos, com a Karpowership Brasil Energia Ltda. (peça 88). Ambas as empresas pertencem à Karkey Karadeniz Elektrik Üretim A.S, sediada na Turquia. Posteriormente, a Karpowership Brasil Energia Ltda. sub-rogou-se nos direitos e obrigações da Karpowership Futura Energia Ltda. relativos aos CERs 451/21 e 452/21 (Resoluções Autorizativas da Aneel 11.916/2022 e 11.917/2022 – peça 92, p.1).*

A solicitação, regida pela Instrução Normativa TCU 91/2022, visa a solucionar a problemática da onerosidade de tais contratos, matéria que foi examinada no TC 001.722/2022-0 (representação), no qual foi proferido o Acórdão 2.699/2022-Plenário (sessão de 7/12/2022), com a seguinte determinação (grifou-se):

*9.1. fixar prazo ao Ministério de Minas e Energia, com base no art. 251, caput, do Regimento Interno do TCU, para que, em 30 (trinta) dias, com base especialmente no seu poder-dever de motivação e autotutela, em face, entre outros, da melhoria do cenário hidrológico e dos elevados valores envolvidos, realize avaliação individualizada e conclusiva dos contratos decorrentes do PCS, comparando-se as vantagens e desvantagens quanto às possibilidades de manutenção dos contratos, rescisão ou **solução negociada**, indicando objetivamente a melhor solução para cada contrato, considerando impacto nas tarifas no curto, médio e longo prazos e a segurança do fornecimento de eletricidade, levando-se em conta, também, alternativas que possam substituir o aumento de oferta de energia e potência previsto nos instrumentos, com fulcro no art. 53 da Lei 9.784/1999; no art. 41, VII, da Lei 13.844/2019; nos art. 1º, VI; art. 16, XII; art. 20, IV; art. 21, II e VI, do Anexo I do Decreto 9.675/2019 e no art. 26, caput e § 1º, do Decreto-Lei 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro);*

A fim de avaliar o cumprimento dessa determinação, foi autuado o TC 031.368/2022-0 (monitoramento). Nesse processo, verificou-se que o Ministério de Minas e Energia (MME) buscou, inicialmente, a rescisão amigável dos contratos decorrentes do PCS 1/2021 considerados como inadimplentes, nos termos da Portaria MME 55/2022. Porém, dos sete contratos inadimplentes (peça 2, p. 8), apenas em um houve o interesse da contratada (Fênix Complexo Industrial S.A.) pela rescisão amigável (peça 2, p. 1). Nesse cenário, o MME entendeu que seria pertinente tentar uma solução negociada, por meio de solicitação de solução consensual junto ao TCU, inclusive contemplando empresas inadimplentes.

O presente processo cuida especificamente dos contratos CER 451/21, 452/21 e 454/21 e 455/21, cuja contratada, que atualmente é a Karpowership Brasil Energia Ltda. (KPS), está inadimplente, mas possui decisão judicial que suspende as penalidades a ela imputadas e que impede a rescisão dos seus contratos até decisão final da Aneel quanto aos pedidos de excludente de responsabilidade formulados pela empresa (peça 2, pp. 5/6).

O quadro abaixo lista os processos de SSC já autuados nesta Corte relativos aos contratos decorrentes do PCS 1/2021:

<b>Processo/Deliberação</b>	<b>Objeto</b>
TC 006.223/2023-0	Pedido de instauração de procedimento de solução negociada junto à Secretaria Executiva de Consenso do TCU. Procedimento Competitivo Simplificado para Contratação de Reserva de Capacidade (PCS) nº 1/2021 - Rovema Energia S.A.
TC 006.248/2023-3	Pedido de instauração de procedimento de solução negociada junto à Secretaria Executiva de Consenso do TCU. Procedimento Competitivo Simplificado para Contratação de Reserva de Capacidade (PCS) nº 1/2021 - Ambar Energia S.A.
TC 006.250/2023-8	Pedido de instauração de procedimento de solução negociada junto à Secretaria Executiva de Consenso do TCU. Procedimento Competitivo Simplificado para Contratação de Reserva de Capacidade (PCS) nº 1/2021 - Tradener Serviços em Energia Ltda.

TC 006.252/2023-0 (Acórdão 1.797/2023- Plenário)	<i>Pedido de instauração de procedimento de solução negociada junto à Secretaria Executiva de Consenso do TCU. Procedimento Competitivo Simplificado para Contratação de Reserva de Capacidade (PCS) nº 1/2021 - Termelétrica Viana S.A./Linhares Geração S.A/Povoação Energia S.A.</i>
TC 006.253/2023-7 (Acórdão 1.130/2023- Plenário)	<i>Pedido de instauração de procedimento de solução negociada junto à Secretaria Executiva de Consenso do TCU. Procedimento Competitivo Simplificado para Contratação de Reserva de Capacidade (PCS) nº 1/2021 - Karpowership Brasil Energia Ltda.</i>

*Mediante o despacho à peça 16, o Presidente do TCU, Ministro Bruno Dantas, decidiu admitir a presente SSC, o que foi ratificado por Vossa Excelência, em decisão de 26/4/2023 (peça 19). Com a admissão desta e das demais solicitações de solução consensual acima mencionadas, houve o sobrestamento do TC 031.368/2022-0 (monitoramento), nos termos do art. 6º, § 2º, da IN/TCU 91/2022.*

*Em seguida, foi designada a Comissão de Solução Consensual (CSC), composta pelos seguintes integrantes (peça 47):*

- a) Glauco Garcia Scandaroli, da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso);*
- b) Helena Magalhães Mian, da Secretaria de Controle Externo de Energia e Comunicações (SecexEnergia);*
- c) Alessandro D'Afonseca Cantarino, da Aneel;*
- d) Gentil Nogueira de Sá Junior, do MME; e*
- e) Márcio Pina Marques, da Karpowership Brasil Energia Ltda.*

*Em 5/6/2023, a CSC elaborou seu relatório (peça 50), concluindo pela possibilidade de celebração de um termo de autocomposição, a vigorar no segundo semestre/2023. Após parecer favorável do Ministério Público de Contas, então representado pela Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva (peça 55), foi proferido o Acórdão 1.130/2023-Plenário, por meio do qual o Tribunal aprovou a proposta de solução consensual elaborada pela CSC.*

*Com isso, foi firmado, em 15/6/2023, o primeiro Termo de Autocomposição para Execução dos Contratos de Energia de Reserva N°S 451/21, 452/21, 454/21 e 455/21, Decorrentes do Procedimento Competitivo Simplificado N° 01/2021 (peça 73). Nesse instrumento, em síntese, foram pactuadas as seguintes condições:*

- a) preservação da eficácia das outorgas de geração das Usinas Termelétricas (UTES) Karkey 013, Karkey 19, Porsud I e Porsud II; preservação da garantia física dessas usinas; preservação das condições técnicas e operacionais da capacidade contratada de 560 MW à disposição do Sistema Interligado Nacional (SIN); e preservação da eficácia das transações comerciais realizadas nos termos dos CERs, até 30/06/2023;*
- b) redução da inflexibilidade contratual para 29 MW médios no segundo semestre/2023, reduzindo-se, assim, os dispêndios com a receita fixa relativa a combustível;*
- c) suspensão de processos administrativos no âmbito da Aneel;*
- d) peticionamento das partes para a suspensão por 180 dias do Mandado de Segurança 1013469-13.2023.4.01.3400, com reversão dos recursos depositados em juízo à Conta de Energia de Reserva (Coner), visando à compensação da receita de combustível já paga à KPS em função da execução contratual previamente à celebração do termo de autocomposição.*

*Após a celebração desse primeiro acordo, os trabalhos da CSC continuaram, com vistas à celebração de um novo acordo, que se aplicasse ao restante da execução contratual, ou seja, a partir de 1/1/2024, e que encerrasse, de forma definitiva, as controvérsias administrativas e judiciais acerca dos contratos.*

*Após reuniões, a CSC elaborou, em 3/11/2023, seu relatório final, contendo as minutas do Termo de Autocomposição e dos Termos Aditivos aos CERs (peça 87).*

*Em 17/11/2023, a SecexConsenso instruiu os autos e, em pronunciamentos uniformes, formulou a seguinte proposta de encaminhamento (101 a 103, grifos originais):*

- 96.1. **encaminhar o processo ao Ministério Público junto ao TCU**, nos termos do art. 8º da IN 91/2022, para que se manifeste sobre a proposta do Relatório da Comissão de Solução Consensual;*
- 96.2. **aprovar integralmente** a proposta contida do Relatório da Comissão de Solução Consensual, nos termos do art. 11, caput, da IN 91/2022;*
- 96.3. **autorizar a assinatura**, pela Presidência do TCU, do termo de autocomposição encaminhado pela Comissão de Solução Consensual;*
- 96.4. **retirar a chancela de sigilo** dos presentes autos;*
- 96.5. **manter a chancela de sigilo** das peças 84, 85 e 100, em função da necessidade de se resguardar as estratégias processuais e os interesses da União em causas envolvendo agentes do setor elétrico;*
- 96.6. **manter a chancela de sigilo** da peça 94, em função de sigilo comercial da empresa Karpowership Brasil Energia;*
- 96.7. **autorizar a realização de monitoramento** da execução do termo de autocomposição, conforme previsão do art. 13 da IN 91/2022;*
- 96.8. **expedir comunicações** aos responsáveis do processo, informando a decisão adotada.*
- 96.9. **arquivar os presentes autos**, com fulcro no art. 169, inciso V, do RITCU.*

*Os autos foram então encaminhados ao Gabinete deste Procurador, a quem o processo foi atribuído de forma direta, conforme termo de distribuição à peça 76.*

## II

*O PCS 1/2021, realizado em 25/10/2021, foi um procedimento de contratação extraordinária de energia de reserva, concebido em um contexto de baixos níveis dos reservatórios hídricos responsáveis pela produção de energia hidrelétrica. O objeto do certame foi a contratação de reserva de capacidade de novos empreendimentos de geração de energia elétrica, proveniente de fonte eólica, solar fotovoltaica e termelétrica a óleo diesel, óleo combustível, biomassa e gás natural, com início de suprimento em 1º/5/2022 e fim em 31/12/2025. O objetivo do procedimento foi garantir a segurança e a continuidade do fornecimento de eletricidade no país, diante dos possíveis riscos de restrição da oferta de energia decorrentes da escassez hídrica verificada entre os anos de 2020 e 2021 (peça 2, p. 2).*

*Em razão da situação emergencial então vigente, o procedimento apresentou diversas características excepcionais, que resultaram em contratações a preços substancialmente mais elevados do que os que seriam obtidos em um leilão ordinário. Em decorrência do certame, foram contratados 14 empreendimentos termelétricos a gás natural, que totalizam acréscimo de potência de 1.117,8 MW, ao preço médio de R\$ 1.599,6/MWh. O quadro a seguir traz os dados das propostas vencedoras relativas aos quatro empreendimentos em análise no presente processo, que totalizam 560 MW de potência, ao preço médio de R\$ 1.599,75/MWh:*

<i>Consórcio/Empresa Proponente</i>	<i>Empreendimento</i>	<i>UF</i>	<i>Investimento (R\$)</i>	<i>Potência (MW)</i>	<i>Energia Negociada (MWh)</i>	<i>Preço de Lance (R\$/MWh)</i>
<i>Consórcio Powership Brazil I</i>	<i>UTE Porsud I</i>	<i>RJ</i>	<i>304.908.000,00</i>	<i>115,00</i>	<i>1.193.989,30</i>	<i>1.599,50</i>
<i>Consórcio Powership Brazil II</i>	<i>UTE Porsud II</i>	<i>RJ</i>	<i>198.853.000,00</i>	<i>75,00</i>	<i>788.483,50</i>	<i>1.601,00</i>
<i>Karkey Karadeniz Elektrik Üretim A.S.</i>	<i>UTE Karkey 013</i>	<i>RJ</i>	<i>1.795.396.180,00</i>	<i>255,00</i>	<i>2.259.246,60</i>	<i>1.598,90</i>
<i>Karkey Karadeniz Elektrik Üretim A.S.</i>	<i>UTE Karkey 019</i>	<i>RJ</i>	<i>807.232.450,0</i>	<i>115,00</i>	<i>2.162.697,60</i>	<i>1.599,60</i>

Fonte: Aviso de Homologação e Adjudicação do PCS 1/2021-Aneel, disponível em: [Aviso\\_homologacao\\_adjudicacao\\_PCS\\_1-2021.pdf \(aneel.gov.br\)](https://www.aneel.gov.br/aviso_homologacao_adjudicacao_PCS_1-2021.pdf)

Após a adjudicação do objeto do PCS 1/2021, foram firmados os Contratos de Energia de Reserva (CERs) entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (compradora) e as empresas vencedoras do leilão (vendedoras), os quais preveem o fornecimento de energia elétrica sob o regime de inflexibilidade, ou seja, há uma geração mínima de energia que deve ser entregue ao comprador, a qual é remunerada por uma receita fixa anual.

Nestes autos, analisam-se os CERs 451/21, 452/21, 454/21 e 455/21 (peça 88), firmados em 22/11/2021, relativos às usinas termelétricas Porsud I, Porsud II, Karkey 013 e Karkey 019, respectivamente. Os contratos apresentam as seguintes características principais:

	<i>Porsud I CER 451/21</i>	<i>Porsud II CER 452/21</i>	<i>Karkey 013 CER 454/21</i>	<i>Karkey 019 CER 455/21</i>	<i>TOTAL</i>
<b>Potência Instalada (MW)</b>	<i>115,00</i>	<i>75,00</i>	<i>255,00</i>	<i>115,00</i>	<b><i>560,00</i></b>
<b>Garantia Física (MW)</b>	<i>37,10</i>	<i>24,50</i>	<i>70,20</i>	<i>67,20</i>	<b><i>199,00</i></b>
<b>Inflexibilidade Contratual Média (MW)</b>	<i>25,492822</i>	<i>16,854904</i>	<i>48,98</i>	<i>52,702110</i>	<b><i>144,0298</i></b>
<b>Receita Fixa Anual (R\$)</b>	<i>569.772.715,6 2</i>	<i>376.616.212, 75</i>	<i>1.066.394.950, 32</i>	<i>1.040.707.828,6 2</i>	<b><i>3.053.491.707,31</i></b>
<b>RFComb Anual (R\$)</b>	<i>141.231.662,0 1</i>	<i>93.748.783,2 1</i>	<i>349.055.234,9 0</i>	<i>375.580.795,95</i>	<b><i>959.616.476,07</i></b>
<b>RFDemais Anual (R\$)</b>	<i>428.541.053,6 1</i>	<i>282.867.429, 54</i>	<i>717.339.715,4 2</i>	<i>665.127.032,67</i>	<b><i>2.093.875.231,24</i></b>

Fonte: peça 88.

As usinas Porsud I, Porsud II, Karkey 013 e Karkey 019 entraram em operação plena (operação comercial da última unidade geradora) nas datas de 30/9/2022, 28/2/2023, 31/12/2022 e 30/9/2022, respectivamente (peça 2, p. 4, e peça 87, p. 12), com atraso em relação à data de início de suprimento estipulada no edital (1/5/2022), o que acarretou a aplicação de multas editalícias e contratuais, bem como a cassação das outorgas (cláusula 12.1, inciso III, dos CERs). Tais penalidades estão sendo questionadas em processos administrativos em curso na Aneel, que ainda não decidiu em última instância sobre os pleitos de excludente de responsabilidade formulados pela KPS (peça 2, p. 5, e peça 5, pp. 21/2). Além da discussão

*administrativa, a questão das penalidades é objeto de litígio judicial (ação cautelar 1105523-09.2022.8.26.0100, 2ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem do TJSP) e arbitral (Procedimento Arbitral 22/2002, Câmara de Arbitragem da FGV). Ademais, no Mandado de Segurança 1013469-13.2023.4.01.3400, foi concedida liminar, a fim de manter suspensa a decisão da Aneel que revogou as outorgas, até decisão final da agência nos procedimentos administrativos em curso (peças 91 e 92).*

*Em 2022, a situação hidrológica do país teve substancial melhora, tornando desnecessária a aquisição de toda a energia termelétrica contemplada nos contratos do PCS 1/2021. Como a energia termelétrica é mais cara que a hidrelétrica, o TCU, ao examinar o TC 001.722/2022-0, que tratou de representação formulada pelo Governador do Estado de Santa Catarina, decidiu fixar prazo para que o MME avaliasse as possibilidades de manutenção dos contratos, rescisão ou solução negociada, considerando-se o impacto nas tarifas e a segurança do fornecimento de eletricidade (item 9.1 do Acórdão 2.699/2022-Plenário).*

*Considerando-se o insucesso da tentativa de rescisão amigável (com empresas adimplentes) e os riscos jurídicos relacionados à rescisão unilateral (dos contratos com empresas inadimplentes) (peça 2, p. 9), e considerando-se que a simples manutenção dos contratos, nos termos em que originalmente pactuados, se mostrava assaz onerosa ao consumidor, o MME resolveu submeter ao TCU solicitação de solução consensual, como alternativa para a redução dos custos dos contratos, sem comprometimento da segurança energética e da segurança jurídica.*

*Neste processo, relativo às usinas da KPS, já houve um primeiro acordo, aprovado pelo Acórdão 1.130/2023-Plenário (peça 62), para tratar das condições contratuais a serem observadas até 31/12/2023. A principal alteração contratual foi a eliminação de 100% da geração inflexível das usinas Porsud I, Porsud II e Karkey 019, e a redução da geração inflexível da usina Karkey 013 para 29 MW médios. Essa redução da inflexibilidade resultaria na diminuição dos custos da Conta de Energia de Reserva (Coner) no montante estimado de R\$ 580 milhões. No item 3.2 do Termo de Autocomposição, celebrado em 15/6/2023, ficou estabelecido que o termo vigorará até 31/12/2023 e que, caso as partes não alcancem uma próxima solução consensual, o cálculo da inflexibilidade contratual pactuado originalmente voltaria a ter eficácia em 30 dias a partir de 31/12/2023.*

*Nesta oportunidade, aprecia-se nova proposta de acordo, para resolver de forma definitiva as controvérsias atinentes aos CERs. Essa proposta apresenta as seguintes condições gerais (peça 87):*

- a) redução das multas editais e contratuais aplicadas à KPS (de R\$ 1.114.286.109,42, para R\$ 336.220.205,88), sem reconhecimento de responsabilidade entre as partes, e com fixação do prazo de 12 meses para pagamento (de janeiro a dezembro/2024), sem juros e atualização monetária;*
- b) redução definitiva da geração inflexível das UTEs de 144,03 MW médios para 29 MW médios, alocados integralmente na UTE Karkey 013, com a conseqüente redução de 78,5% da receita fixa associada a combustível (RFCComb) referente ao período de 1/1/2014 a 31/5/2026;*
- c) contabilização da energia contratual inflexível gerada pela UTE Karkey 013 em base mensal;*
- d) preservação da eficácia das outorgas, da garantia física e da potência contratada;*
- e) ajuste das datas de início e de fim do período de suprimento dos CERs, para 30/9/2022 e 31/5/2026, respectivamente, de modo a totalizar 44 meses de operação comercial, contados do início da operação comercial da primeira unidade geradora;*
- f) encerramento definitivo do processo arbitral (Procedimento Arbitral 22/2022) e dos processos judiciais (Mandado de Segurança 1013469-13.2023.4.01.3400 e Ação Cautelar 1105523-*

09.2022.8.26.0100), bem como encerramento, após a quitação das multas acordadas, dos processos instaurados perante a Aneel por fatos relacionados aos CERs anteriores à assinatura do termo;

g) renúncia ao direito de realizar novos questionamentos em juízo em relação a fatos relativos aos CERs ocorridos antes da assinatura do acordo.

De acordo com a CSC, os principais benefícios da celebração do acordo consistem na redução dos custos ao consumidor de energia elétrica e na redução da emissão de gases poluentes.

A redução de custos ao consumidor decorre, principalmente, da redução da inflexibilidade contratual, a qual proporcionará considerável diminuição da RFComb, como demonstrado no quadro abaixo (valores anuais, expressos em reais, com data base em agosto/2021):

UTE	A - Contrato Original			B - Proposta de Acordo			C - Variação % (B - A)		
	RF	RFComb	RFDemais	RF	RFComb	RFDemais	RF	RFComb	RFDemais
Porsud I	569.772.715,62	141.231.662,01	428.541.053,61	428.541.053,61	0,00	428.541.053,61	-24,79%	-100,00%	0%
Porsud II	376.616.212,75	93.748.783,21	282.867.429,54	282.867.429,54	0,00	282.867.429,54	-24,89%	-100,00%	0%
Karkey 013	1.066.394.950,32	349.055.234,90	717.339.715,42	924.007.780,18	206.668.064,76	717.339.715,42	-13,35%	-40,79%	0%
Karkey 019	1.040.707.828,62	375.580.795,95	665.127.032,67	665.127.032,67	0,00	665.127.032,67	-36,09%	-100,00%	0%
<b>TOTAL</b>	<b>3.053.491.707,31</b>	<b>959.616.476,07</b>	<b>2.093.875.231,24</b>	<b>2.300.543.296,00</b>	<b>206.668.064,76</b>	<b>2.093.875.231,24</b>	<b>-24,66%</b>	<b>-78,46%</b>	<b>0%</b>

Fonte: elaboração própria com base nas informações às peças 87 e 88.

Se for comparada a execução do contrato nos termos originais, por meio de liminares, de 1/1/2024 até 31/12/2025, com a execução do contrato nos termos do acordo proposto pela CSC (de 1/1/2024 até 31/5/2026), o benefício para o consumidor, decorrente da economia de custos da Coner proporcionada pelo acordo, totalizaria R\$ 740.802.469,81, como demonstrado a seguir:

RFComb original de 2024 a 2025	R\$ 2.264.201.560,65
(-) RFComb proposta no acordo de 2024 a 2026	R\$ 594.340.780,17
(-) Efeito Coner (de 2024 em diante) <sup>1</sup>	R\$ 132.072.653,05
(-) Geração acima da inflexibilidade horária x PLD <sup>2</sup>	R\$ 10.681.956,36
(-) Impacto da RFDemais (2026) <sup>3</sup>	R\$ 1.077.152.503,34
(+) Pagamento de multas contratuais <sup>4</sup>	R\$ 290.848.802,08
<b>= Economia para a Coner</b>	<b>740.802.469,81</b>

Fonte: peça 98.

<sup>1</sup> Valor que deixa de ser arrecadado pela Coner, por não receber mais parcela da energia inflexível inicialmente prevista nos contratos, que poderia ser faturada no Mercado de Curto Prazo (MCP).

<sup>2</sup> Esse valor decorre do disposto na cláusula 2.2.3.1 da minuta do 2º Termo de Autocomposição.

<sup>3</sup> Esse impacto decorre do pagamento, no âmbito do acordo, da RFDemais referente aos meses de janeiro a maio/2026, que não ocorreria se a execução do contrato findasse em 31/12/2025, como previsto no contrato original.

<sup>4</sup> As multas contratuais são recolhidas em favor da Coner, diferentemente das multas editais.

Já a redução da emissão de gases poluentes decorre da substituição de parte da geração termelétrica por geração hidrelétrica. De acordo com cálculos da Empresa de Pesquisa

*Energética (EPE), a redução da geração anual de energia termelétrica no montante de 115MW médios possibilitaria redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) no total de 490.113 tCO2eq/ano (peça 99, p. 10).*

*A CCEE analisou os valores financeiros decorrentes do acordo (incluindo o acordo provisório já firmado) em contraposição aos valores financeiros decorrentes dos CERs originais (incluindo multas editalícias e contratuais), em dois cenários distintos, e concluiu que (peça 98):*

*a) no cenário 1 (execução do contrato original até 31/12/2025), a celebração do acordo geraria benefício financeiro total de R\$ 80.653.877,88, assim calculado:*

<i>RFCComb original de 2024 a 2025</i>	<i>R\$ 2.264.201.560,65</i>
<i>(-) RFCComb proposta no acordo de 2024 a 2026</i>	<i>R\$ 594.340.780,17</i>
<i>(-) Efeito Coner (de 2024 em diante)</i>	<i>R\$ 132.072.653,05</i>
<i>(-) Geração acima da inflexibilidade horária x PLD</i>	<i>R\$ 10.681.956,36</i>
<i>(-) Impacto da RFDemais (2026)</i>	<i>R\$ 1.077.152.503,34</i>
<i>(-) Multa contratual por atraso abdicada</i>	<i>R\$ 558.387.825,63</i>
<i>(-) Multa por insuficiência de lastro abdicada</i>	<i>R\$ 171.056.993,93</i>
<i>(-) Multa editalícia por atraso abdicada</i>	<i>R\$ 219.678.077,91</i>
<i>(+) Benefício do acordo provisório</i>	<i>R\$ 579.823.107,62</i>
<b>= TOTAL</b>	<b>R\$ 80.653.877,88</b>

*b) no cenário 2 (execução do contrato original até 31/5/2026, em razão do acatamento de excludentes de responsabilidade), a celebração do acordo geraria benefício financeiro total de R\$ 1.638.283.321,66, assim calculado:*

<i>RFCComb original de 2024 a 2026</i>	<i>R\$ 2.759.695.562,71</i>
<i>(-) RFCComb proposta no acordo de 2024 a 2026</i>	<i>R\$ 594.340.780,17</i>
<i>(-) Efeito Coner (de 2024 em diante)</i>	<i>R\$ 147.089.714,67</i>
<i>(-) Geração acima da inflexibilidade horária x PLD</i>	<i>R\$ 10.681.956,36</i>
<i>(-) Impacto da RFDemais (2026)</i>	<i>R\$ 0</i>
<i>(-) Multa contratual por atraso abdicada</i>	<i>R\$ 558.387.825,63</i>
<i>(-) Multa por insuficiência de lastro abdicada</i>	<i>R\$ 171.056.993,93</i>
<i>(-) Multa editalícia por atraso abdicada</i>	<i>R\$ 219.678.077,91</i>
<i>(+) Benefício do acordo provisório</i>	<i>R\$ 579.823.107,62</i>
<b>= TOTAL</b>	<b>R\$ 1.638.283.321,66</b>

*Desse modo, mesmo com a abdicação da cobrança da maior parcela das multas editalícias e contratuais, o acordo parece ser vantajoso para o interesse público, principalmente se considerada a probabilidade de a contratada, caso não firmado o acordo, continuar a executar os CERs nos termos originais, com amparo em decisões judiciais, como, aliás, vinha ocorrendo até a celebração do 1º Termo de Autocomposição.*

[...]

*Na conclusão do seu relatório, a CSC destacou que (peça 87, p. 21):*

*A celebração deste termo, no entendimento de todos os membros da Comissão, trará redução de mais de 25% do valor anual da remuneração dos contratos celebrados originalmente, redução da emissão de gases poluentes na operação do sistema, e maior segurança jurídica ante à resolução das lides administrativas e controvérsias envolvidas na execução dos contratos.*

*Na instrução de mérito da SecexConsenso, foi enfatizado o seguinte (peça 101, p. 12):*

*91. Tendo em vista que a solução consensual envolveu a negociação extrajudicial de multas e penalidades, a Advocacia-Geral da União também foi consultada e manifestou-se favoravelmente ao termo de autocomposição (peça 85).*

*(...)*

*93. O risco de decisões judiciais desfavoráveis à União e aos Consumidores em caso de rescisão unilateral foi considerado para celebração do acordo. Cotejando teses aplicadas pelo em decisões judiciais que tratam do equilíbrio, boa-fé e a função social do contrato, as dificuldades enfrentadas pela União para reverter decisões liminares em seu desfavor no setor elétrico contra empreendedores em condições de operação comercial, e o prazo restante dos contratos com as UTEs da KPs, entende-se que aprovação da proposta de solução encaminhada a este TCU se encontra mais alinhada com o interesse público do que a manutenção das controvérsias e disputas entre as partes.*

*Diante das informações disponíveis e das análises contidas no Relatório da Comissão de Solução Consensual e na instrução da SecexConsenso, que evidenciam que a repactuação dos contratos será benéfica ao meio ambiente e ao consumidor, o Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com a proposta de encaminhamento formulada pela unidade técnica.*

*O acordo permitirá a redução de despesas dos contratos, com benefício ao consumidor, ao mesmo tempo em que contribuirá para a segurança do sistema elétrico, a partir da manutenção integral das potências instaladas das usinas, para o caso de ser necessário o seu despacho pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), como inclusive já ocorreu neste segundo semestre de 2023 (peça 93).*

*O equacionamento de multas, além de permitir o ingresso mais rápido de recursos para a Coner e a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), trará maior segurança jurídica para as partes e por fim aos litígios administrativos, judiciais e arbitrais relativos ao inadimplemento contratual.*

*Os valores envolvidos no acordo são de grande monta, e as multas editais e contratuais por atraso, mesmo com o substancial abatimento proposto (83% para as multas editais e 66% para as multas contratuais), estão entre as maiores do tipo que já foram recolhidas pela Aneel e pela CCEE (peça 87, p. 14).*

*A alternativa da rescisão contratual por inadimplência, que até poderia parecer mais vantajosa financeiramente para o consumidor, apresenta elevado risco de judicialização. Sopesados os riscos de vitória da KPS nos litígios, a repactuação consensual dos contratos revela-se razoável do ponto de vista do interesse público. Sendo assim, o Ministério Público de Contas não vê óbices à proposta de acordo formulada nos autos.*

*Por fim, cumpre informar que o presente parecer está sendo classificado como sigiloso por conter informações de peças que se encontram sob sigilo (peças 87, 98, 100 e 101).*

### III

*Ante o exposto, o Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com a proposta de encaminhamento formulada pela SecexConsenso (peças 101 a 103).”*



É o relatório.

## VOTO

Trata-se de Solicitação de Solução Consensual, prevista na IN-TCU 91/2022, formulada pelo Exmo. Sr. Min. Alexandre Silveira, Ministro de Minas e Energia (MME), em face das controvérsias enfrentadas nos Contratos de Energia de Reserva (CER) decorrentes do Procedimento de Contratação Simplificado (PCS) 01/2021, relativos às usinas da Karpowership Brasil Energia Ltda (KPS).

I - Histórico

2. Em breve contexto da matéria, como já delineado no relatório e voto condutores do Acórdão 1.130/2023-Plenário, em outubro de 2021, promoveu-se Procedimento Competitivo Simplificado para Contratação de Reserva de Capacidade (PCS) nº 1/2021, correspondente à contratação emergencial motivada em face de riscos de desabastecimento energético decorrente da crise hídrica e da drástica redução no nível dos reservatórios ocorrida de 2020 a 2021.

3. O certame foi realizado sob condições excepcionais. Considerando os riscos de a escassez hídrica perdurar para além de 2021, fazia-se necessário aumentar, em curto espaço de tempo, a potência instalada disponível no sistema, apta a fazer frente a períodos críticos de demanda. As flexibilizações necessárias a viabilizar o leilão no tempo disponível, pareadas com a celeridade exigida para a implantação das usinas, ensejaram um real aumento no nível de risco do empreendimento com contratação de energia cara (térmicas a gás), a onerar todo o mercado regulado.

4. Ao mesmo tempo, a própria contratação representava um risco ao MME, na medida em que, mesmo diante de melhora no cenário hídrico – o que, de fato, veio a acontecer –, haveria de se honrar os contratos, ainda que não carecesse da energia no volume, no tempo e no preço contratados.

5. Assim, no âmbito do TC 001.722/2022-0, este Tribunal examinou representação, questionando justamente a economicidade da contratação de dezessete usinas – com 1.4 GW de potência outorgada e impacto total estimado, até dez/2025, de R\$ 39 bilhões – resultando em aumento de 4,49% nas tarifas de energia

6. Diversos empreendimentos, contudo, não entraram em operação na data prevista. Para o período de atraso, o Edital do PCS e o CER (Contrato de Energia de Reserva) firmados preveem penalidades, que podem ser assim subdivididas: (i) pecuniárias; (ii) de impedimento de novas contratações com a administração; (iii) rescisão dos contratos; e (iv) revogação da outorga.

7. Frente a eventual antieconomicidade na manutenção das avenças, mais onerosas, e levando em conta a possibilidade de rescisão contratual, respeitado o dever de honrar os contratos, esta Corte assim deliberou mediante o Acórdão 2.699/2022-Plenário, por fixar prazo ao MME para que realizasse avaliação individualizada e conclusiva dos contratos decorrentes do PCS, comparando as vantagens e desvantagens de manter os contratos, frente às possibilidades legais e contratuais de rescisão.

8. Em resposta, o ministério endereçou as medidas empreendidas, envolvendo, principalmente, um prazo rescisório para que as usinas adimplentes rescindissem amigavelmente os contratos, desobrigando as partes contratadas do pagamento da penalidade de multa por resolução contratual. Para os inadimplentes, contudo, a opção escolhida foi determinar o estrito cumprimento dos contratos, com a rescisão unilateral dos CER correspondentes e pagamento das penalidades consequentes.

9. A providência, todavia, não surtiu os impactos desejados. Somente uma usina protocolou pedido de rescisão amigável. Segundo o Ministério, o total então apurado em multas por não entrega de energia superava os R\$ 2,2 bilhões, dos quais pouco mais de R\$ 550 milhões foram honrados pelas usinas.

10. Já na data de prolação do Acórdão, as usinas Karkey 013, Karkey 019, Porsud I e Porsud II estão suspensas judicialmente. Existem liminares, ainda hoje, garantindo a execução dos contratos, sem o pagamento de multas, ainda em litígio, em face a pretensos excludentes de responsabilidade pela mora em gerar energia no prazo contratual.

11. Nesse contexto, frente à palpável possibilidade de as liminares judiciais perdurarem até o fim dos contratos (dez/2025) – sem razoável certeza de ganho de causa –, redundando em uma oneração dos consumidores com energia muitíssimo mais cara e sem a aplicação de multas, o MME propôs a interveniência desta Corte para uma solução consensual.

12. O presente processo, assim, versa unicamente sobre os contratos do Grupo KPS (Karpowership Brasil Energia Ltda). Preveem-se, nessas usinas, 560 MW de potência no Sistema Interligado Nacional (SIN), a serem geradas por quatro usinas termelétricas offshore (Karkey 13, Karkey 18, Porsud I e Porsud II). A previsão de geração da energia foi distribuída durante o ano e a contratada, à época de sua proposta, optou por concentrar a maior geração no período de junho a outubro. Naqueles meses, portanto, se iniciaria o período contratual de maior oferta das usinas KPS.

13. A controvérsia em litígio – já inicialmente discutida, com acordo preliminar ratificado mediante o Acórdão 1.130/2023-Plenário – é, em extrato, por um lado, o inadimplemento contratual por parte das usinas do grupo KPS, sujeitando a aplicação de multas da ordem de R\$ 1 bilhão, e a possibilidade de rescisão contratual, em contraponto ao funcionamento em 100% de inflexibilidade, por força de liminar do judiciário, gerando energia mais onerosa para o sistema, a ser paga por todos os consumidores.

#### II.1 – Acórdão 1.130/2023-Plenário – acordo preliminar

14. A proposta de acordo, nominada “*Termo de Autocomposição*”, inicialmente submetida à homologação deste Tribunal, abrangeu cinco aspectos:

- redução da geração inflexível das usinas de 1º/7/2023 a 31/12/2023;
- contabilização da energia gerada pelas usinas em base mensal;
- preservação da eficácia das outorgas e da garantia física das usinas;
- suspensão dos processos administrativos atualmente em análise na ANEEL durante as tratativas da Comissão; e
- encaminhamento pela ANEEL e pela KPS de pedido de suspensão do Mandado de Segurança, com reversão dos recursos depositados em juízo à Conta de Energia de Reserva (Coner).

15. Tais propostas, contudo, eram precárias. Lastreavam a execução contratual, unicamente, até o final de 2023. Existia, ainda, uma indefinição sobre a destinação das multas editais e contratuais em face da entrada em operação da usina em data posterior à convencionada.

16. Propôs-se, então, até a discussão definitiva da contenda, uma exclusão total da inflexibilidade contratual na produção de energia para os contratos de Energia de Reserva 451/2021, 452/2021 e 455/2021, consoante os termos do acordo, o que correspondia ao maior impacto tarifário para os consumidores, com expectativas de diminuição de encargos na monta de R\$ 580 milhões. Com a produção inflexível (ininterrupta), o sistema continuaria a receber energia mais cara, ainda que o sistema não carecesse da energia ou da potência provinda das usinas.

17. Ainda, a forma de sazonalização da inflexibilidade da geração, proposta pela empresa já na celebração dos contratos do PCS 01/2021, abriu uma janela de oportunidade para celebração do termo de autocomposição naquele momento – final de junho –, porque os meses de julho, agosto e setembro representavam o período com maior geração contratual de energia pela companhia. Quer dizer que,

quanto antes se baixasse o valor da energia gerada (ou se reduzisse a inflexibilidade) naqueles meses, mais o consumidor angariaria benefício.

18. Após o escrutínio das propostas de acordo, esta Corte, por unanimidade, mediante o Acórdão 1.130/2023-Plenário, aprovou a minuta de acordo e autorizou o Presidente a assinar o Termo de Autocomposição.

19. Destaco, nas razões de decidir aprovadas por este **Plenum**, por mim relatadas, o seguinte:

*“Trata-se, na realidade, de um ato homologatório, ou seja, levado o negócio jurídico ao exame da Corte de Contas – subscrito por jurisdicionados que têm sobre si o dever de prestar contas, nos termos do art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal –, delibera-se em um juízo de juridicidade amplo. Tanto se ratifica a legalidade do objeto da negociação, quanto da sua motivação, em termos de conveniência e oportunidade, direcionada ao atendimento do interesse público primário.*

*Trata-se, em verdade, de um controle concomitante excepcionalíssimo, **pari passu** com o ato controlado, necessário para conferir a estabilidade da emanção de vontades, em direito material. A participação do TCU nesses atos, assim, seria uma posição de “interveniente anuente”, porque não participa propriamente da transação, pois a eficácia do acordo não depende exatamente da participação do Tribunal. Existe, porém, um interesse direto da Corte como controladora e, apesar de não integrar a formação de vontades propriamente dita, o TCU delibera amplificando exponencialmente a segurança jurídica do negócio, catalisando o apaziguamento da relação entre as partes.*

*Sem tal alicerce, é provável que não se chegasse a um consenso ou o tempo necessário para vencer os litígios na burocracia típica estatal atrasaria em demasiado – ou impediria – a ultimação dos interesses coletivos.*

*A análise de legalidade e motivação impetrada também conforma o disposto no art. 24 do Decreto-Lei 4.657/1942 (LINDB), na medida em que, ao menos no que se refere à esfera controladora, materializa, ao tempo da decisão e de acordo com as nuances do caso concreto, as orientações gerais da época, servindo de marco para eventual análise posterior de validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado.*

[...]

*Nesses contornos, de sorte a ratificar negócio jurídico que ultima a abrandar em quase R\$ 580 milhões as contas de luz para o mercado regulado, urge avaliar, para tal “homologação”, a legalidade e a motivação do acordo.*

*No que se refere à legalidade dos termos contratuais, eminentemente quanto à possibilidade de revisão do contrato para modificar a forma do fornecimento de energia, tenho-a por vencida. Não há impeditivo, na teoria geral dos contratos, da revisão dos termos então pactuados, por acordo entre as partes.*

*Poder-se-ia questionar se não houve revelia no dever de se licitar, consubstanciado no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, posto que as demais licitantes deveriam ter acesso às exatas condições de inflexibilidade para oferecer as suas propostas. Mas tanto o motivo que levou à contratação de energia de reserva foi excepcional – e inexistente interesse, por ora, de empreender leilão semelhante – quanto honrar os contratos então feitos, nos moldes concebidos, far-se-ia por demais custoso. Ao contrário, como consta do racional decisório no voto condutor do Acórdão 2.699/2022-Plenário, a inércia do poder público frente a um quadro antieconômico é que poderia questionar responsabilizações.*

*Lembre-se, por fim, de que no final das contas se está promovendo um aditivo supressor que, ainda que se utilize a Lei 8.666/1993 como parâmetro subsidiário, não haveria limites de supressões para os casos de acordo entre as partes, em face de razões supervenientes impassíveis de se conhecerem **ex ante**.*

*No que se refere ao juízo de conveniência e oportunidade, em termos de motivação, há clara e relevante redução tarifária, com ganhos à coletividade um tanto óbvios. Poderia se alvitrar se existe alguma discricionariedade na aplicação das multas contratuais (milionárias) pelo atraso na entrada em operação das usinas. Tal condição, todavia, se faz apenas de modo precário no presente acordo, com suspensão dos processos até o dia 31/12/2023, sendo, ainda, objeto de negociações definitivas no âmbito da CSC.*

*Por relevante, aliás, levando em conta a vigência da solução consensual – suficiente para produzir a economia milionária aos consumidores –, nada impede que posteriormente, em face de verificação futura de inviabilidade de levar a cabo os demais termos negociados, que as próprias partes ou esta Corte entendam pela impossibilidade de consenso dos demais itens em discussão.” (grifos no original)*

20. Relembro que tanto o acordo era precário, com efeitos somente até dez/2023, quanto não foi objeto de consenso a situação das multas aplicáveis às usinas da KPS em face dos atrasos contratuais na geração de energia.

21. Tal objeto de negociação foi a principal variável de controvérsia a ser dirimida na “nova rodada” de digressões negociais, com proposta de conformação à peça 87, em derradeiro relatório da Comissão de Solução Consensual (CSC).

## II – Da nova proposta de acordo

22. Nesta oportunidade, como se extrai do relatório da CSC, para resolver de forma definitiva a controvérsia, apreciam-se propostas acerca das seguintes condições gerais:

a) redução das multas editais e contratuais aplicadas à KPS (de R\$ 1.114.286.109,42, para R\$ 336.220.205,88), sem reconhecimento de responsabilidade entre as partes, e com fixação do prazo de doze meses para pagamento (de janeiro a dezembro/2024), sem juros e atualização monetária;

b) redução definitiva da geração inflexível das UTEs de 144,03 MW médios para 29 MW médios, alocados integralmente na UTE Karkey 013, com a consequente redução de 78,5% da receita fixa associada a combustível (RFComb) referente ao período de 1º/1/2024 a 31/5/2026;

c) contabilização da energia contratual inflexível gerada pela UTE Karkey 013 em base mensal;

d) preservação da eficácia das outorgas, da garantia física e da potência contratada;

e) ajuste das datas de início e de fim do período de suprimento dos CERs para 30/9/2022 e 31/5/2026, respectivamente, de modo a totalizar 44 meses de operação comercial, contados do início da operação comercial da primeira unidade geradora;

f) encerramento definitivo do processo arbitral (Procedimento Arbitral 22/2022) e dos processos judiciais (Mandado de Segurança 1013469-13.2023.4.01.3400 e Ação Cautelar 1105523-09.2022.8.26.0100), bem como encerramento, após a quitação das multas acordadas, dos processos instaurados perante a ANEEL por fatos relacionados aos CERs anteriores à assinatura do termo;

g) renúncia ao direito de realizar novos questionamentos em juízo em relação a fatos relativos aos CERs ocorridos antes da assinatura do acordo.

23. Trata-se, em verdade – à exceção das multas e extensão contratual até 31/5/2026 – de mera ratificação e extensão da vantagem mútua já reconhecida nos termos do Termo de Autocontenção anterior, já aprovada por esta Corte mediante o Acórdão 1.130/2023-Plenário.

## II.1 – Resumo das condições propostas

### II.1.1 – Redução definitiva da geração contratual inflexível

24. No que toca a redução definitiva da geração contratual inflexível, trata-se do principal mecanismo para a redução das tarifas. A solução prevê a eliminação da obrigação de geração contratual inflexível nas Usinas Karkey 019, Porsud I e Porsud II, com a redução da geração na Usina Karkey 013 para o patamar de 29 MW médios.

25. Sobre a motivação desse montante residual associado à Usina Karkey 013, o relatório produzido pela comissão indica que se trata da necessidade de manter uma geração inflexível residual para conferir ponto de equilíbrio operacional dos equipamentos em função da evaporação de gás no seu sistema de unidade de armazenamento e regaseificação do combustível (peça 94).

26. Isso porque, segundo o relatório da SecexConsenso, *“o Gás Natural Liquefeito utilizado como combustível na Usinas da KPS é transportado em seu estado líquido sujeitando-se à evaporação em temperaturas acima de seu ponto de ebulição. A quantidade de gás evaporado depende do projeto e das condições de operação dos tanques de armazenamento e dos tanques de carga do navio”*. Segundo informações apresentadas pela companhia, o ponto de equilíbrio operacional estaria na ordem de 5% da potência total instalada nas quatro Usinas, representando os 29 MW médios ajustados no termo de autocomposição.

27. O efeito financeiro de tal redução, aliada a outras propostas de acordo, será visto mais adiante.

### II.1.2 – Equacionamento das multas editais e penalidades contratuais por atraso na entrada em operação e ajuste das datas de início e de fim do período de suprimento dos CERS

28. Trata-se do principal ponto de litígio. Por não ter entrado em operação na data inicialmente estipulada, existe previsão editalícia e contratual de pagamentos de multas, aplicadas pela ANEEL – que comporão a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) – e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) – que comporão as receitas da Conta de Energia de Reserva (Coner). A multa chamada “*editais*” é de até 10% do investimento, e a dita “*contratual*” corresponde a um percentual da receita fixa por dia de atraso.

29. Na realidade, existem processos de cobranças sancionatórias ainda não resolvidos, em que a contratada reivindica excludente de responsabilidade, arguindo, em resumo, que a mora foi ocasionada por fatos novos, alheios à vontade da contratada. Tal debate é o cerne das liminares judiciais que autorizam a empresa a gerar energia, a preços contratuais, sem a aplicação de qualquer multa, até que julgadas definitivamente as querelas.

30. O presente acordo, assim, incluiu em seu escopo – sob pena do não acordo, e consequente pagamento por energia mais cara, não inteiramente necessária – a definição de valores e prazos para equacionamento dessas multas editais e penalidades contratuais por atraso na entrada em operação. Segundo a CSC, tal negociação foi *“realizada de modo pragmático, sem reconhecimento ou imputação de responsabilidade entre as partes, nem reconhecimento de validade das aludidas penalidades”*.

31. A proposta de solução encaminhada à aprovação deste TCU prevê o pagamento pela KPS do valor de R\$ 45.371.403,80, a título de multas editais, e R\$ 290.848.802,08 a título de penalidades contratuais por atraso na entrada em operação. O pagamento dos valores está previsto para ser realizado em doze parcelas mensais, a partir de 1º/1/2024.

32. Em relação à multa editalícia, os Despachos-ANEEL 3.351, 3.352, 3.353 e 3.354, todos de 2022, previam a aplicação de R\$ 265 milhões em sanções. Em relação às penalidades contratuais, a CCEE calculou-as na ordem de R\$ 849.236.627,71 (peça 95).

33. Durante as tratativas na CSC, no que se refere às multas aplicadas pelo regulador, o “equacionamento” possível, frente a controvérsias relacionadas à base de cálculo da sanção, foi o pagamento dos R\$ 45.371.403,80, divididos em doze vezes, sem a incidência de juros e correção monetária, após o início de vigência do novo termo.

34. Em relação às penalidades contratuais por atraso na entrada em operação, a CCEE as calculou em R\$ 849.236.627,71 (peça 95). A empresa, de sorte a pôr fim em suas ações judiciais em que postula excludentes de responsabilidade em face dos atrasos, admitiu pagar R\$ 290.848.802,08, divididos em doze vezes, sem a incidência de juros e correção monetária, após o início de vigência do novo termo.

35. Em histórico de como funcionaram as negociações, consta do relatório instrutivo que “[...] durante as tratativas, os representantes do TCU e das demais entidades da Administração Pública propuseram o pagamento de penalidades superiores em diferentes oportunidades. Contudo, o valor constante da solução foi o maior valor aceito pela KPS, que viabilizou o encaminhamento unânime e consensual da proposta de solução”.

36. Veja-se, aos olhos dos membros da CSC que representam o poder público, em dificultador negocial, que, recentemente, em 26/9/2023, foi prolatada decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no âmbito do REsp nº 1.950.332/RJ, decidindo pela impossibilidade do exercício da função sancionadora no exercício do poder de polícia pela CCEE (peça 96), associação civil de direito privado, uma vez que “no caso, não há lei formal autorizando expressamente que a CCEE aplique diretamente multas aos particulares, e depois as cobre por conta própria, na medida em que essa atribuição só é mencionada no Decreto n. 5.177/2004 c/c Resolução Normativa ANEEL n. 109”.

37. Relata a SecexConsenso que as circunstâncias negociais “corroboram o pragmatismo utilizado pelos representantes do MME, Aneel e TCU para composição da solução encaminhada à aprovação deste TCU em relação às multas e penalidades contratuais”. Os benefícios gerais decorrentes da solução proposta superariam amplamente a discussão individual sobre a aplicabilidade da penalidade por insuficiência de lastro no caso concreto.

38. Por relevante, e em prol da opinião pelo acordo, consta que os valores a serem equacionados como multa editalícia e penalidade contratual por atraso na entrada em operação comercial se encontrariam entre os maiores valores já recolhidos pela ANEEL a título de multas editalícias por atraso e pela CCEE por penalidades contratuais em função do atraso na entrada em operação de empreendimentos.

### II.1.3 – Revisão das datas de início e fim do período de suprimento

39. Considerando os parâmetros de autocomposição advindos do equacionamento de multas e penalidades e dos benefícios decorrentes da redução da obrigação de entrega de energia inflexível, a proposta de solução previu a revisão das datas de início e de fim do período de suprimento para 30/9/2022 (início de operação comercial da primeira Unidade Geradora da Usina Karkey 19) e 31/5/2026 (44 meses de operação comercial). Na prática, atrasou-se em cinco meses o fim do contrato, “compensando” o tempo em que a empresa “atrasou” a sua entrada em operação, simulando um atraso com excludente de responsabilidade.

40. Veja-se que, se parcela dos atrasos fosse justificada, fração do mesmo tempo deveria ser considerada para elastecer o fim da vigência do contrato. O acordo de nova data de vigência do contrato, portanto, acompanha a própria decisão de existir ou não multa associada, com mesmíssimas considerações empreendidas no tópico anterior.

41. Segundo o relatório da unidade técnica, “similarmente à definição dos valores devidos pela KPS a título de penalidades contratuais, durante as tratativas, os representantes das entidades da Administração Pública e do TCU propuseram termos menores para o período de suprimento

contratual. O prazo constante da solução, contudo, foi o menor prazo aceito pela KPS, o que viabilizou o encaminhamento unânime e consensual da proposta de solução”.

#### II.1.4 – Contabilização da energia contratual inflexível em base mensal

42. Tal qual o acordo preliminar autorizado no Acórdão 1.130/2023-Plenário, a solução enviada para aprovação previu a alteração definitiva da contabilização da geração dos contratos para base mensal.

43. Os CERs preveem que o montante mensal de energia entregue relativamente à inflexibilidade contratual seria calculado a partir da aplicação horária da parcela de inflexibilidade de determinado período de comercialização. A alteração negocial sugerida para essa Cláusula prevê que o montante mensal de energia seja calculado durante o mês, enquanto a respectiva modulação horária, dentro de cada mês, será ajustada pela empresa com o ONS.

44. A questão era relevante para as condições de operação das Usinas da KPS contratadas no PCS, uma vez que a empresa contratou 26% de capacidade total com obrigação de entrega de energia inflexível, ou seja, 144,03 MW médios, em base anual, do total de 560 MW de potência disponível. Entre os meses de outubro/2022 e abril/2023, a Empresa gerou 152.334 MWh acima da inflexibilidade horária (aproximadamente 30 MW médios mensais), conforme abaixo se reproduz:

Geração de energia acima da inflexibilidade horária.

Mês de contabilização	Energia acima da inflexibilidade horária (MWh)
Outubro/2022	30,97
Novembro/2022	3.565,44
Dezembro/2022	22.643,61
Janeiro/2023	50.981,18
Fevereiro/2023	45.540,95
Março/2023	28.135,58
Abril/2023	1.436,81
<b>Total</b>	<b>152.334,54</b>

Fonte: CCEE

45. Segundo informações apresentadas pelos técnicos da CCEE, essa diferença na contabilização da geração inflexível resultou no ressarcimento de receita RFcomb pela Empresa na ordem de R\$ 110 milhões (peça 97). Ao mesmo passo, a liquidação dessa energia no mercado de curto prazo resultou na receita de R\$ 10.167.135,77 em favor da Coner.

46. As demais motivações e circunstâncias deste ponto do acordo foram bem sumariadas no relatório instrutivo:

*“63. Considerando a interpretação de que as regras contratuais iniciais não permitiam a remuneração da empresa pela comercialização de energia fora do CER (Cláusula 4.6), mas ponderando que houve custos para geração da energia e a efetiva remuneração da Coner pela energia gerada, a comissão encaminha a compensação da KPS pela energia gerada acima da entrega inflexível na base horária considerando o valor do PLD horário, aplicando-se uma remuneração de capital de 9,63% (taxa do custo médio ponderado de capital utilizado para repactuação do Generation Scaling Factor - GSF).*

*64. Assim, os valores que foram acordados como devidos à KPS nesse quesito totalizam R\$ 10.681.956,36 e serão compensados do equacionamento das penalidades contratuais pela Empresa.*

65. *O entendimento pela inclusão de remuneração de capital sobre os valores gerados acima da inflexibilidade contratual horária e pela não inclusão de correção monetária e juros na parcela das multas e penalidades por atraso na entrada em operação se deve ao pragmatismo utilizado para composição do acordo.*

66. *Por um lado, as multas editais por atraso na entrada em operação não são atualmente exigíveis, uma vez que ainda não há decisão administrativa irrecorrível sobre os pleitos de excludente de responsabilidade nem sobre os recursos relativos aos termos de notificação das multas.*

67. *Além disso, as penalidades contratuais por atraso na entrada em operação também se encontram suspensas em função de decisões judiciais cautelares e podem ser influenciadas por decisões favoráveis aos pleitos de excludente de responsabilidade da KPS.*

68. *Por outro lado, a empresa informou que a situação inevitavelmente seria judicializada pois entendia que se tratava de enriquecimento sem causa, uma vez que a energia foi gerada pela KPS, com elevados custos, e vendida pela Coner sem nenhum repasse de receitas ao gerador.*

69. *Em termos absolutos, a remuneração de capital decorrente da aplicação da taxa definida representa R\$ 514.821,59 (valores nominais). Já em termos relativos, a remuneração representa 5% do valor histórico da receita obtida pela Coner em função da geração da KPS em montante superior à inflexibilidade contratual horária, 0,5% do valor total ressarcido pela Empresa a título do pagamento de RFComb, 0,15% do valor ajustado a título de multas editais e penalidades contratuais e 0,02% do benefício decorrente da redução da obrigação de entrega de energia inflexível.*

70. *Os benefícios gerais decorrentes da solução proposta superam amplamente a discussão individual sobre a taxa de remuneração no caso concreto”.*

#### II.1.5 – Encerramento definitivo dos processos administrativos, arbitrais e judiciais atualmente suspensos

47. Tal ponto assume certa obviedade, sendo o objetivo do consenso o encerramento, como requisito de segurança jurídica, das controvérsias processuais pendentes no âmbito administrativo, judicial e regulatório. Na realidade, o encerramento de tais litigâncias é a consequência da ratificação definitiva de um real acordo.

48. No caso dos processos no Tribunal, a proposta, tal qual já anuído no Acórdão 1.130/2023-Plenário, mantém as cláusulas de isenção de responsabilidade dos agentes que atuaram no processo decisório da proposta de solução consensual, bem como o arquivamento dos processos correlatos do TCU.

#### II.2 – Da quantificação da vantagem ao consumidor

49. Sobre o principal ponto, em termos de vantagem ao consumidor, a redução da inflexibilidade contratual, a qual proporcionará considerável diminuição da Receita Fixa de Combustível (RFComb), consoante abaixo (agosto/2021):

UTE	A - Contrato Original			B - Proposta de Acordo			C - Variação % (B - A)		
	RF	RFComb	RFDemais	RF	RFComb	RFDemais	RF	RFComb	RFDemais
Porsud I	569.772.715,62	141.231.662,01	428.541.053,61	428.541.053,61	0,00	428.541.053,61	-24,79%	-100,00%	0%
Porsud II	376.616.212,75	93.748.783,21	282.867.429,54	282.867.429,54	0,00	282.867.429,54	-24,89%	-100,00%	0%
Karkey 013	1.066.394.950,32	349.055.234,90	717.339.715,42	924.007.780,18	206.668.064,76	717.339.715,42	-13,35%	-40,79%	0%
Karkey 019	1.040.707.828,62	375.580.795,95	665.127.032,67	665.127.032,67	0,00	665.127.032,67	-36,09%	-100,00%	0%
<b>TOTAL</b>	<b>3.053.491.707,31</b>	<b>959.616.476,07</b>	<b>2.093.875.231,24</b>	<b>2.300.543.296,00</b>	<b>206.668.064,76</b>	<b>2.093.875.231,24</b>	<b>-24,66%</b>	<b>-78,46%</b>	<b>0%</b>

Fonte: peças 87 e 88.

50. Remanescerá, assim, nas usinas Porsud I, Porsud II e Karkey 019, unicamente a receita fixa relativa aos demais custos (RFDemais), com diminuição média de 78,46% dos valores a receber relacionados a custos operativos com combustível, ou quase 25% de redução global de despesas fixas.

51. Em ponto relevante, como mesmo destacou o Ministério Público junto ao TCU, se for comparada a execução do contrato nos termos originais, por meio de liminares, de 1º/1/2024 até 31/12/2025, com a execução do contrato nos termos do acordo proposto pela CSC (de 1º/1/2024 até 31/5/2026), o benefício para o consumidor, decorrente da economia de custos da Coner proporcionada pelo acordo, totalizaria R\$ 740.802.469,81, como demonstrado a seguir:

RFComb original de 2024 a 2025	R\$ 2.264.201.560,65
(-) RFComb proposta no acordo de 2024 a 2026	R\$ 594.340.780,17
(-) Efeito Coner (de 2024 em diante) <sup>1</sup>	R\$ 132.072.653,05
(-) Geração acima da inflexibilidade horária x PLD <sup>2</sup>	R\$ 10.681.956,36
(-) Impacto da RFDemais (2026) <sup>3</sup>	R\$ 1.077.152.503,34
(+) Pagamento de multas contratuais <sup>4</sup>	R\$ 290.848.802,08
<b>= Economia para a Coner</b>	<b>740.802.469,81</b>

Fonte: peça 98.

<sup>1</sup> Valor que deixa de ser arrecadado pela Coner (Conta de Energia de Reserva, que é uma conta corrente criada e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para a realização de operações associadas à contratação e uso de energia de reserva, utilizada para amortecer o impacto ao consumidor), por não receber mais parcela da energia inflexível inicialmente prevista nos contratos, que poderia ser faturada no Mercado de Curto Prazo (MCP).

<sup>2</sup>Esse valor decorre do disposto na cláusula 2.2.3.1 da minuta do 2º Termo de Autocomposição.

<sup>3</sup>Esse impacto decorre do pagamento, no âmbito do acordo, da RFDemais referente aos meses de janeiro a maio/2026, que não ocorreria se a execução do contrato findasse em 31/12/2025, como previsto no contrato original.

<sup>4</sup> As multas contratuais são recolhidas em favor da Coner, diferentemente das multas editalícias.

52. É certo que a diminuição do valor das multas poderia ser considerada como redutora da vantagem global do acordo. De sorte a avaliar, em termos de cenário, o real ganho do acordo, a CCEE, à peça 98, analisou os valores financeiros envolvidos na proposta (incluindo o acordo provisório já firmado) em contraposição aos valores financeiros decorrentes dos CERs originais (incluindo multas editalícias e contratuais), em dois cenários distintos, e concluiu da seguinte forma:

a) no cenário 1 (execução do contrato original até 31/12/2025), a celebração do acordo geraria benefício financeiro total de R\$ 80.653.877,88, assim calculado:

RFComb original de 2024 a 2025	R\$ 2.264.201.560,65
(-) RFComb proposta no acordo de 2024 a 2026	R\$ 594.340.780,17
(-) Efeito Coner (de 2024 em diante)	R\$ 132.072.653,05

(-) Geração acima da inflexibilidade horária x PLD	R\$ 10.681.956,36
(-) Impacto da RFDemais (2026)	R\$ 1.077.152.503,34
(-) Multa contratual por atraso abdicada	R\$ 558.387.825,63
(-) Multa por insuficiência de lastro abdicada	R\$ 171.056.993,93
(-) Multa editalícia por atraso abdicada	R\$ 219.678.077,91
(+) Benefício do acordo provisório	R\$ 579.823.107,62
= <u>TOTAL</u>	<u>R\$ 80.653.877,88</u>

b) no cenário 2 (execução do contrato original até 31/5/2026, em razão do acatamento de excludentes de responsabilidade), a celebração do acordo geraria benefício financeiro total de R\$ 1.638.283.321,66, assim calculado:

RFComb original de 2024 a 2026	R\$ 2.759.695.562,71
(-) RFComb proposta no acordo de 2024 a 2026	R\$ 594.340.780,17
(-) Efeito Coner (de 2024 em diante)	R\$ 147.089.714,67
(-) Geração acima da inflexibilidade horária x PLD	R\$ 10.681.956,36
(-) Impacto da RFDemais (2026)	R\$ 0
(-) Multa contratual por atraso abdicada	R\$ 558.387.825,63
(-) Multa por insuficiência de lastro abdicada	R\$ 171.056.993,93
(-) Multa editalícia por atraso abdicada	R\$ 219.678.077,91
(+) Benefício do acordo provisório	R\$ 579.823.107,62
= <u>TOTAL</u>	<u>R\$ 1.638.283.321,66</u>

53. Em resumo, sobre as diferenças de vantagem situadas no relatório instrutivo:

- os R\$ 740.802.469,81 referem-se à vantagem do acordo em comparação com a execução do contrato, com liminares, na forma em que se encontra, terminando em 31/12/2025.
- os R\$ 80.653.877,88 referem-se à vantagem do acordo em comparação com o contrato nos exatos termos originais (pagamento de multas x energia mais cara), terminando em 31/12/2025;
- os R\$ 1.638.283.321,66 referem-se à vantagem do acordo em comparação com um cenário de acatamento dos excludentes de responsabilidade, terminando o contrato em 31/5/2026.

54. Como se vê, mesmo com a abdicção da cobrança da maior parcela das multas editalícias e contratuais, o acordo é vantajoso para o interesse público, proporcionando, na pior das hipóteses (em caso de aplicação de todas as multas contratuais pendentes, sem perda de causa), R\$ 80 milhões. Na melhor das hipóteses, ao inverso, em caso da totalidade de prolongamento das contendas judiciais, ou perdas de causa, os ganhos podem superar R\$ 1,6 bilhão.

55. Ainda como benefícios, foi destacada a redução da emissão de gases poluentes em face da substituição de parte da geração termelétrica por geração hidrelétrica. De acordo com a Empresa de

Pesquisa Energética (EPE), os termos do acordo viabilizarão a diminuição de emissão de gases de efeito estufa (GEE) no total de 490.113 tCO<sub>2</sub>eq/ano.

### II.3 – Do risco judicial

56. Haja vista o volumoso valor de multas discutido, com disposição de pagamento pela KPS de montante relevantemente mais baixo que o calculado pela Aneel e pela CCEE, a contrapartida para a aceitação é o risco judicial de decisões contrárias ou mora no julgamento das contendas que, na prática, autorize a execução contratual com preços mais altos até o final do contrato.

57. Tais análises de risco encontram-se esmiuçadas às peças (sigilosas) 84, 85 e 100, em avaliações da Conjur/MME, da CGU, da AGU e da própria SecexConcenso. O Procurador Júlio Marcelo de Oliveira também articulou seus argumentos fazendo coro os mencionados estudos de cenário, envolvendo multas e rescisões contratuais, pareadas com a continuidade dos processos na justiça. A justificativa para a classificação dos documentos, inclusive do parecer do Ministério Público, é não descortinar informações e estratégias que possam fragilizar a posição da União em eventuais querelas.

58. Naquilo que é possível se extrair de dados públicos, cito o Resp nº 1.950.332/RJ, que questiona o poder de polícia da CCEE para praticar sua função sancionadora, sem lei que o preveja:

#### “EMENTA

*ADMINISTRATIVO. PODER DE POLÍCIA. FUNÇÃO SANCIONADORA. DELEGAÇÃO. CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE. ASSOCIAÇÃO DE NATUREZA PRIVADA. IMPOSSIBILIDADE.*

[...]

*5. Não se desconhece que na ocasião do julgamento do RE 633.782/MG houve a revisão parcial do entendimento do STF sobre a possibilidade de delegação da função de polícia, cristalizando o Supremo a tese (representativa de controvérsia) de que “é constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial”.*

*6. No caso, porém, o precedente não se aplica, pois: a) a CCEE é associação privada que não integra a Administração Pública; b) não há permissão constitucional para que atue como agente delegada da função administrativa de infligir sanções; c) os integrantes não gozam de qualquer estabilidade no emprego; d) embora a Câmara seja associação civil sem fins lucrativos, o fato é que ela é integrada “por titulares de concessão, permissão ou autorização” e “por outros agentes vinculados aos serviços e às instalações de energia elétrica”, ou seja, ela é essencialmente composta por pessoas jurídicas que, como fim principal, visam o lucro.*

*7. Não há lei formal autorizando direta e expressamente que a CCEE aplique diretamente multas aos particulares, e depois as cobre por conta própria, na medida em que essa atribuição só é mencionada no Decreto n. 5.177/2004 c/c Resolução Normativa ANEEL n. 109.” (grifou-se)*

59. Lembre-se que o maior volume de sanções é o decorrente de sanções contratuais a cargo da CCEE.

60. Registro, ainda, o fato de esses contratos extraordinários, provenientes do PCS-01/2021, terem vigência curta, no caso concreto, findando em dezembro de 2025. É presumível, sendo despiciendo grandes exercícios probabilísticos, que as contendas judiciais sobre o excludente de responsabilidade, considerando as fases necessárias ao seu trânsito em julgado, perdurem para além da vigência do acordo, com consequência óbvia de execução a preços contratuais (onerosos) pactuados, em oneração certa para o consumidor.

61. Os estudos narrados, ainda, além de acostar casos concretos já julgados, reforça argumentos já publicizados no Acórdão 1.130/20232-Plenário, como as dificuldades enfrentadas pela União para reverter decisões liminares em seu desfavor contra empreendedores em condições de operação comercial, como ainda o exíguo prazo contratual ainda restante.

62. Em linha com a jurisprudência sobre o assunto, cita-se, ademais, a “teoria do adimplemento substancial do contrato por decisões judiciais”, a qual visa impedir o uso desproporcional do direito de resolução, decidindo por preservar a finalidade da avença, em prol dos princípios da boa-fé e da função social do contrato (Superior Tribunal de Justiça, REsp n. 1.051.270, 4ª Turma, Relator Min. Luis Felipe Salomão, DJe em 5 de setembro de 2011 e REsp n. 1.236.960/RN, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 19/11/2019, DJe de 5/12/2019).

63. Em face dos estudos oferecidos e do curto íterim de vigência contratual, entendo suficientes os argumentos juntados aos autos.

#### II.4 – Da análise da vantagem e da legalidade do acordo

64. Faço inicialmente menção ao fato de a proposta de acordo ter perpassado por um juízo de legalidade, conveniência e oportunidade pelos diversos entes públicos signatários – e respectivas consultorias jurídicas (MME, ANEEL e AGU) (peças 80 a 86).

65. Quanto ao mérito, avalio que a principal diferença entre o acordo ora posto à prova, da pactuação (preliminar) ratificada por esta Corte por meio do Acórdão 1.130/2023-Plenário, seja a questão do equacionamento das multas, agora com indicação de recolhimento em valor reduzido em comparação com os valores preliminarmente calculados pela ANEEL e pela CCEE, mas sem o reconhecimento, por parte das usinas, de responsabilidade pelos atrasos.

66. Em análise da questão, em termos estritamente administrativos, inicio ressaltando que as sanções não são ainda devidas, considerando tal aceção decorrente de um “trânsito em julgado” no órgão aplicador. Há recurso contra decisão preliminar de aplicação de sanção, e não existe decisão final. Não pende, portanto, pelo menos até o momento, uma dívida reconhecida, ou, de modo estrito, uma “transigência” de valores devidos.

67. Existia – e ainda existe –, isto sim, uma admitida controvérsia, cuja decisão é definitiva para produzir efeitos relevantemente benéficos à coletividade. O imbróglio se dá tanto em virtude do fato em si (sobre a responsabilidade do atraso) quanto em relação a sua principal consequência: se ratificados administrativamente o atraso e a respectiva multa, perduram, em razoável probabilidade, as liminares judiciais, de complexa previsibilidade decisória (tanto no “quando” se decide quanto no “o que” se decide), redundando em uma energia muito mais cara ao cidadão e sem atendimento ao interesse público último que fomenta a própria aplicação dessas penas: garantir que os particulares cumpram seus contratos, para, por meio deles, prover a regularidade e a continuidade do suprimento de energia, observada a modicidade tarifária.

68. De forma tão pragmática quanto objetiva, demonstrou-se – cabalmente – que a aplicação das multas, na forma contratual, não renderá os melhores resultados gerais para o sistema elétrico, nos contornos de seus valores regulatórios.

69. Julgo, em baliza de legalidade, que o acordo engendrado se enquadra no previsto no art. 26 da LINDB:

*“Art. 26. Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.”*

§ 1º O compromisso referido no caput deste artigo:

*I - buscará solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais; [...].”*

70. Afora a legalidade estrita, tenho defendido nesses processos de SSC que, bem mais do que aplicar o direito literalmente, fielmente e univocamente, na decisão consensual as partes convergem numa alternativa que se afasta da aplicação pura e simples das regras jurídicas estreitamente postas. Na verdade, as partes são compelidas a trilhar uma alternativa que seja viável à satisfação dos seus interesses.

71. Eminentemente no direito administrativo, no dever primeiro de ultimar a satisfação da coletividade (ou interesse público primário), se a limitação do direito positivo impede a consecução do mais óbvio dos resultados (neste caso, a redução das contas de luz podendo atingir até R\$ 1,6 bilhão), a solução consensual pode emergir como a única solução viável.

72. Sem o alicerce de uma solução consensual, é possível que não se chegue a qualquer decisão viável, ou no tempo necessário para vencer os litígios na burocracia típica estatal, atrasando em demasiado – ou impedindo – a ultimação dos interesses coletivos.

73. No caso concreto, a via de legalidade estrita poderia impor R\$ 1 bilhão em multas, já em litígio judicial e de tortuosa liquidação, repercutindo, até o final do contrato, em custos prováveis superiores aos das sanções aplicadas. Nessas premissas, creio estar suficientemente demonstrada a vantagem do acordo e a desvantagem em continuar a litigância.

74. Nessa linha, reproduzo trecho de relatório da CSC (peça 87):

*“A celebração deste termo, no entendimento de todos os membros da Comissão, trará redução de mais de 25% do valor anual da remuneração dos contratos celebrados originalmente, redução da emissão de gases poluentes na operação do sistema, e maior segurança jurídica ante à resolução das lides administrativas e controvérsias envolvidas na execução dos contratos.”* (grifou-se)

75. À peça 101 também consta:

*“93. O risco de decisões judiciais desfavoráveis à União e aos Consumidores em caso de rescisão unilateral foi considerado para celebração do acordo. Cotejando teses aplicadas pelo em decisões judiciais que tratam do equilíbrio, boa-fé e a função social do contrato, as dificuldades enfrentadas pela União para reverter decisões liminares em seu desfavor no setor elétrico contra empreendedores em condições de operação comercial, e o prazo restante dos contratos com as UTEs da KPs, entende-se que aprovação da proposta de solução encaminhada a este TCU se encontra mais alinhada com o interesse público do que a manutenção das controvérsias e disputas entre as partes.”* (grifou-se)

76. À peça 104, o douto Procurador Júlio Marcelo assim opinou:

*“O acordo permitirá a redução de despesas dos contratos, com benefício ao consumidor, ao mesmo tempo em que contribuirá para a segurança do sistema elétrico, a partir da manutenção integral das potências instaladas das usinas, para o caso de ser necessário o seu despacho pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), como inclusive já ocorreu neste segundo semestre de 2023 (peça 93).*

*O equacionamento de multas, além de permitir o ingresso mais rápido de recursos para a Coner e a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), trará maior segurança jurídica para as partes e porá fim aos litígios administrativos, judiciais e arbitrais relativos ao inadimplemento contratual.*

*Os valores envolvidos no acordo são de grande monta, e as multas editais e contratuais por*

*atraso, mesmo com o substancial abatimento proposto (83% para as multas editais e 66% para as multas contratuais), estão entre as maiores do tipo que já foram recolhidas pela Aneel e pela CCEE (peça 87, p. 14).*

*A alternativa da rescisão contratual por inadimplência, que até poderia parecer mais vantajosa financeiramente para o consumidor, apresenta elevado risco de judicialização. Sopesados os riscos de vitória da KPS nos litígios, a repactuação consensual dos contratos revela-se razoável do ponto de vista do interesse público. Sendo assim, o Ministério Público de Contas não vê óbices à proposta de acordo formulada nos autos.” (grifou-se)*

### III – Conclusão

77. Por todo o exposto, anuo às conclusões da SecexConsenso e voto por que seja aprovada, pelos seus próprios fundamentos, a proposta firmada pela Comissão de Solução Consensual em seu relatório. Acompanho, ademais, as demais sugestões endereçadas pela SecexConsenso, quanto à classificação de documentos juntados aos autos, assim como a realização de monitoramento dos termos ora decididos.

78. Congratulo, mais uma vez, a equipe de auditores responsáveis pelo trabalho, membros da Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica) e da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso). Agradeço, ainda, ao Procurador Júlio Marcelo de Oliveira e o seu gabinete pelo empenho e precisão da análise da matéria, sem esquecer do Exmo. Presidente Bruno Dantas, mentor das Solicitações de Solução Consensual como instrumentos para a composição de interesses públicos e privados necessários a prover o bem coletivo, fim último de qualquer ação de controle externo.

Ante o exposto, VOTO por que seja adotado o acórdão que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 6 de dezembro de 2023.

BENJAMIN ZYMLER  
Relator

## ACÓRDÃO Nº 2508/2023 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 006.253/2023-7.
2. Grupo I – Classe de Assunto: VII – Solicitação de Solução Consensual.
3. Interessados/Responsáveis:
  - 3.1. Interessados: Karpowership Brasil Energia Ltda. (43.854.903/0001-42); Secretaria-executiva do Ministério de Minas e Energia.
4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Energia Elétrica; Ministério de Minas e Energia.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso).
8. Representação legal: Marcio Pina Marques (21037/OAB-DF), Luiz Alberto Bettiol (06157/OAB-DF) e outros, representando Karpowership Brasil Energia Ltda.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação de solução consensual, prevista na IN-TCU 91/2022, formulada pelo Exmo. Sr. Min. Alexandre Silveira, Ministro de Minas e Energia, em face das controvérsias enfrentadas nos Contratos de Energia de Reserva (CER) decorrentes do Procedimento de Contratação Simplificado (PCS) 01/2021, relativos às usinas da Karpowership Brasil Energia Ltda (KPS),

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

  - 9.1. aprovar a proposta contida do Relatório da Comissão de Solução Consensual, à peça 87, nos termos do art. 11, **caput**, da IN 91/2022;
  - 9.2. autorizar a assinatura, pela Presidência do TCU, do termo de autocomposição encaminhado pela Comissão de Solução Consensual;
  - 9.3. retirar a chancela de sigilo dos presentes autos;
  - 9.4. manter a chancela de sigilo das peças 84, 85, 94 e 100, em função da necessidade de se resguardarem as estratégias processuais e os interesses da União em causas envolvendo agentes do setor elétrico e em função do sigilo comercial da empresa Karpowership Brasil Energia;
  - 9.5. autorizar a realização de monitoramento da execução do termo de autocomposição, conforme previsão do art. 13 da IN 91/2022; e
  - 9.6. comunicar aos responsáveis o teor desta deliberação.
10. Ata nº 50/2023 – Plenário.
11. Data da Sessão: 6/12/2023 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2508-50/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)

**VITAL DO RÊGO**

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(Assinado Eletronicamente)

**BENJAMIN ZYMLER**

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

**CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA**

Procuradora-Geral